

# Universitários não querem se comprometer com movimentos estudantis

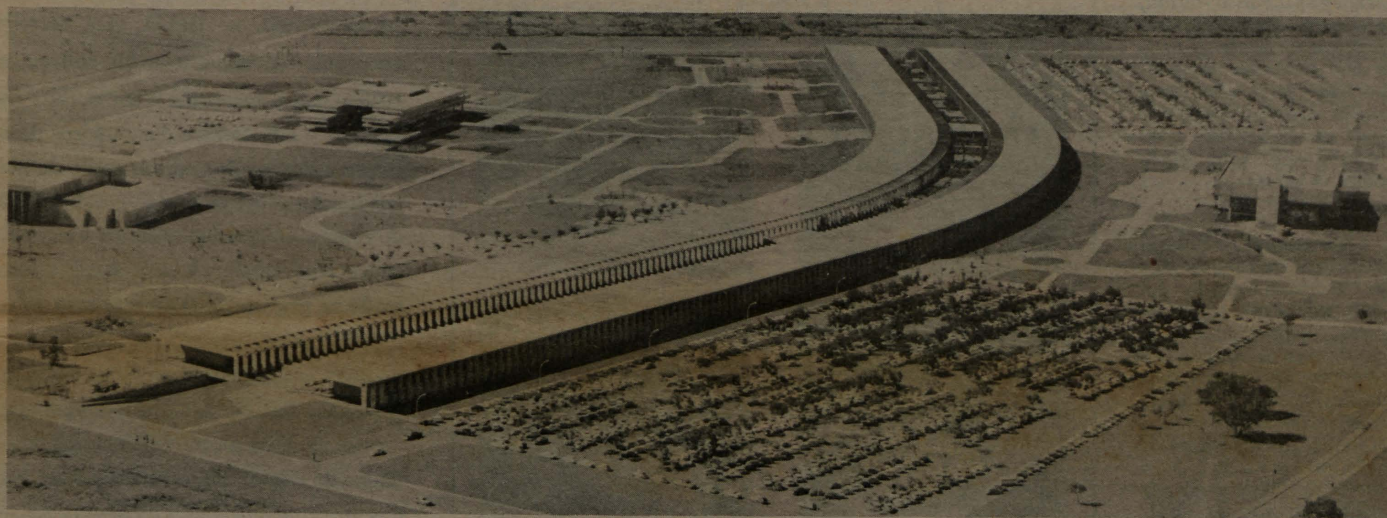


Universidades  
públicas e  
particulares de  
Brasília: dos 6  
centros de  
ensino, apenas  
a UnB é pública

Programa de  
Crédito Educativo:  
são 310 mil  
universitários  
que já  
participaram  
do programa

## CAMPUS

Universidade de Brasília (UnB)  
Departamento de Comunicação  
Nº 20 - Maio de 1978



Dados estatísticos  
sobre  
universidade  
no Brasil:  
Números que  
nada informam

Reforma  
universitária:  
a Universidade  
como  
deve ser  
entendida hoje

Correspondência:  
jornais  
para divulgação  
de novos autores  
e a informação  
literária

Organizações  
estudantis:  
os estudantes  
não participam  
das eleições  
para R.E.

“O movimento  
estudantil  
que o país vive  
agora é um  
reflexo da atual  
política reinante”

## Quem disse?

“Quem perturba  
a vida universitária  
deve sofrer  
penalidades”

“Comparar a UnB  
com Harvard  
é de dar  
gargalhadas”

“A Universidade  
é um útero  
dentro do qual  
as classes dirigentes  
se reproduzem”

# A serpente

*Era uma vez um lugar comprido como uma serpente que se mirava sempre no espelho sem fim de um lago. Era tanta a proximidade, que o lago cobria o lugar e só de vez em quando podia-se distinguir bem suas formas.*

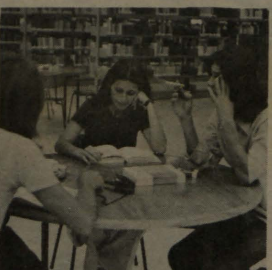
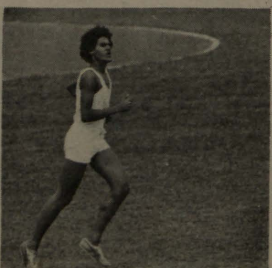
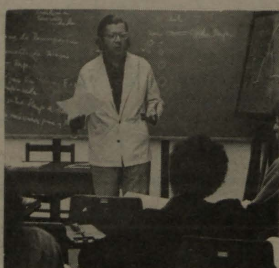
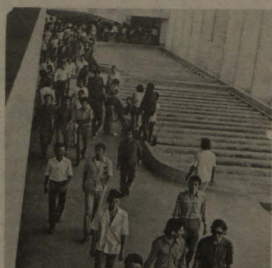
*Para esse lugar desde sempre dirigiam-se as crianças. Estas, sentadas no colo das mães, ouviam histórias terríveis sobre os perigos da floresta se antes não passassem pela sina da serpente. Tanto ouviu, que a vida passou a ser a própria serpente. E tudo corria então no compasso da serpente: uma coisa única e estreita que se arrastava compridamente sem olhar para os lados.*

*As crianças sentiam medo do berço que lhes preparavam desde em casa passando pelas escolas, escorregada nas conversas de emprego e subemprego dos mais velhos. Cada vez mais sumia-lhes o brilho dos olhos, lagos distantes de desejos contidos. As águas do lago, cada vez mais cobrindo o lugar, impediam que a serpente viesse à tona: tudo uma questão de reflexo em excesso.*

*Com a universidade sucede a mesma coisa. Passamos por ela sem saber por que. Projeções de desejos de outros, não se sabe de quem. Simplesmente fazemos porque é assim que se vence. Vencer, perder.*

*De repente o sonho acaba e em volta do lago aparecem outras imagens além da serpente chamada universidade. Uma floresta de macacos, gatos e árvores que vêm se refletir nas águas, e a vida parece ampla demais para quem só era serpente e pensava em se formar e vencer.*

*As águas são limpas, os olhos estão parados. E agora?*



O tema deste *Campus*, o primeiro de 1978, é a universidade brasileira. Nele procuramos mostrar, em uma visão jornalística, alguma coisa de sua orgiem e de seu desenvolvimento, seu quadro atual e os debates que se travam em torno deste, permitindo ao leitor formar uma idéia dos parâmetros que condicionarão seu futuro. Sabemos, porém, que a universidade é apenas uma parcela de uma realidade, de uma situação que a envolve e a condiciona. O próximo *Campus*, abordará precisamente um dos ângulos de análise desta realidade: o jornalismo político.

Voltando à universidade, sua estrutura atual, no Brasil, está determinada pela reforma que se lhe aplicou em 1968 e que é mostrada e comentada nas páginas 4 e 5. Dentro dos quadros dessa reforma desenvolve-se um estilo de pós-graduação — na página 3 — e de custeio do ensino, de que um exemplo é o crédito educativo, criado há dois anos, e mostrado na página 13. O crescimento do ensino superior, porém, não obedeceu a padrões uniformes, conduzindo a uma explosão das escolas particulares, dos cursos de ciências humanas e das faculdades do centro-sul, o que se torna claro nos números mostrados na página 13.

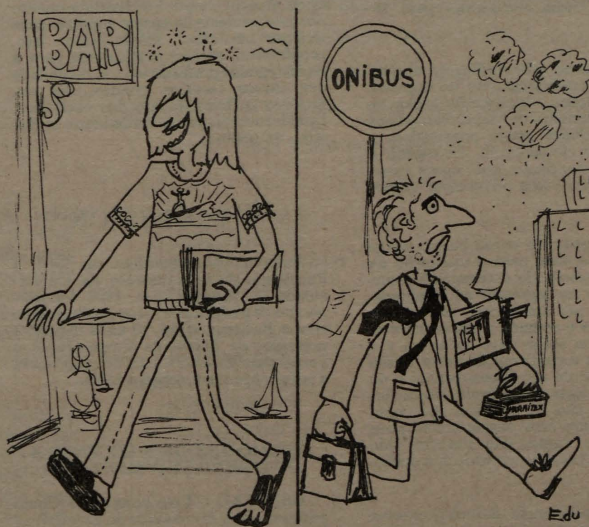
A Universidade de Brasília, cujos alunos de Comunicação prepararam este *Campus* e em cujo *campus* circulará, recebeu atenção especial. Seu primeiro Reitor conta, na página 10, como foram seus anos iniciais de funcionamento, documento acompanhado por um breve resumo das administrações da UnB. Nas páginas centrais, o atual Reitor faz um balanço do que é hoje a Universidade de Brasília e de suas perspectivas.

A página final é reservada a um apelo. Embora o *Campus* seja por definição um jornal didático, destinado ao desenvolvimento de técnicos de jornalismo pelos estudantes de Comunicação, é também — e principalmente — um jornal de toda a universidade. Com o qual, espera-se, toda a universidade deve colaborar.

# Os números que não informam

Mais de 80% das escolas superiores brasileiras estão no Centro-Sul do país; 70% dos universitários só podem obter vagas nas áreas de Ciências Humanas; dos 950 mil estudantes que prestaram vestibular em 76, apenas 390 mil foram aprovados; a evasão universitária aumentou quase seis vezes no período de 73 a 75. São esses os maiores problemas apontados pelo estudo dos dados estatísticos disponíveis sobre o ensino superior no Brasil. A falta de dados mais completos não permite o exame aprofundado do problema.

## DADOS ESTATÍSTICOS DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL...



Ao consultar os dados mais recentes, colhidos pelo Cesgranrio, a socióloga Helena Lewin constatou o problema da elitização das nossas universidades. Quase 60% dos alunos aprovados no vestibular de 1978 têm 17 ou 18 anos, estuda em turno diurno, têm renda familiar superior a Cr\$ 10 mil e pai com instrução superior. O grupo com condições prévias de sucesso — 19 anos ou mais, renda familiar inferior a dois salários mínimos, curso anterior feito à noite e pai com instrução primária ou inferior — apresentou, ao contrário, um índice de aprovação de apenas 6%.

Mas o próprio Departamento de Assuntos Universitários do MEC admite que ainda há muito a ser feito no campo da estatística das nossas universidades. Oficialmente, o DAU só dispõe de dados sobre as instituições, cursos, inscrições ao vestibular, vagas autorizadas, matrícula geral, corpo docente e evasão escolar no ensino superior. Falta também uma maior integração entre os diversos órgãos do Ministério da Educação e Cultura que, mesmo indiretamente, tratam do ensino universitário.

Até hoje, não foi feita uma pesquisa de âmbito nacional sobre a condição sócio-econômica do estudante universitário. São desconhecidos até mesmo dados elementares sobre sexo, idade, nível de renda e situação familiar. Existem apenas dados setoriais e incompletos colhidos pelas universidades ou instituições ligadas ao ensino superior, como o Cesgranrio.

Em 1977, havia 1.117.000 alunos matriculados em instituições de ensino superior no Brasil. Este número cresceu tanto em termos absolutos quanto em relação ao aumento da população, uma vez que em 1964, o total de alunos matriculados era de 142.386. O MEC, no entanto, não conta com dados que informem mais de perto sobre a qualidade e problemas do ensino universitário no país. Nada se sabe sobre trancamentos, jubi-

lamentos, transferências ou a respeito da absorção dos alunos formados, no mercado de trabalho.

As instituições de ensino superior concentram-se nas regiões de maior desenvolvimento econômico; em 1976, localizavam-se 11 na região Norte, 97 no Nordeste, 28 no Centro-Oeste, 594 no Sudeste e 155 no Sul do país. São Paulo é o Estado da federação que conta com o maior número de universidades, num total de 345, enquanto o Acre e o Piauí contam com apenas uma. Esses mesmos dados indicam que 635 dessas instituições são particulares, 104 municipais, 58 estaduais e 17 federais.

A situação, em 76, dos cursos de graduação com currículo mínimo regulamentado pelo Conselho Federal de Educação mostrava que existiam 374 cursos de Letras, 340 de Estudos Sociais e 226 de Administração, em comparação com apenas 22 cursos de Veterinária, 14 de Nutricionista e 10 de Engenharia Florestal. Direito, Administração, Pedagogia e Letras são, nesta ordem, os cursos com maior número de alunos matriculados e só o curso de Direito conta com 108 mil estudantes.

Existem 43 cursos de Ciências Biológicas, 48 de Saúde Pública, 21 de Educação e 30 de Letras, a nível de pós-graduação. É de se notar que há apenas um curso na região Norte — de Geociências — e sua concentração no Sudeste: 347 de um total de 496. Atualmente, uma média anual de 12 mil alunos está matriculada em cursos de pós-graduação, contando com 3.200 mestres e 250 doutores.

Mais de 85 mil professores ensinam em nossas universidades; 20% trabalham em regime de tempo integral e 80% em tempo parcial. Cerca de 17 mil têm curso de Mestrado ou Doutorado o que equivale a apenas 20%. No que diz respeito a salários, condições de trabalho, possibilidades de aperfeiçoamento, os dados, se existem, não foram divulgados.

O índice de cursos de ensino superior reconhecidos tem aumentado a cada ano. Em 1974 foram reconhecidos 189 cursos e em 1976, 455. Em contrapartida o MEC tem dificultado a autorização de novos cursos, procurando elevar a qualidade dos mesmos, que caiu a níveis muito baixos. Em 1974 foram autorizados 141 novos cursos e, em 1976, apenas 53.

O vestibular continua sendo um dos problemas do ensino universitário. Em 1976, 945.279 estudantes prestaram o concurso vestibular e apenas 388.605 foram aprovados. A relação demanda/oferta cresceu de 2,24 em 75, para 2,43 no ano seguinte e tende a aumentar ainda mais no futuro, uma vez que o número de alunos concluintes do 2º grau cresce a níveis muito maiores do que o número de vagas oferecidas pelo ensino de 3º grau.

Finalmente, outro dado inquietante diz respeito aos índices de evasão. Em 1973, ele era de 5,11% e em 1975 passou para 29,73%. O MEC argumenta que o crescimento deste índice se deve a expansão dos cursos das áreas de saúde e tecnologia. Calcula-se o percentual de evasão supondo-se que a duração média dos cursos de graduação seja de 4 anos, menor portanto, que a duração dos cursos considerados prioritários pelo ministério.

Mas seria ingênuo encarar o problema da evasão universitária, assim como todos os outros que afligem o ensino superior no Brasil, de maneira tão restrita. Uma pequena análise dos poucos dados estatísticos disponíveis reflete o retrato da própria situação política, social e econômica brasileira. Num país onde as autoridades apontam a educação como uma das preocupações do Governo, a falta de informações sobre nossas universidades demonstram a quase impossibilidade de se fazer um estudo profundo das dificuldades do ensino superior brasileiro.

## Pós-graduação no Brasil

A partir de 1968 procurou-se elevar os padrões de desempenho da pós-graduação no Brasil, visando o aumento de rendimento e produtividade dos processos de trabalhos acadêmicos. O Plano Nacional de Pós-Graduação formulado nesse ano propunha a formação de pessoal altamente qualificado para a educação e para a pesquisa, a fim de atender, de maneira mais eficiente, às necessidades conjunturais do mercado de trabalho. O seu planejamento pretendia evitar a repetição do crescimento quase que espontâneo que tinha se verificado até aquela época. Por isso, a sua sistemática de expansão deveria, efetivamente, estar integrada às políticas de desenvolvimento social e econômico do País - II Plano Nacional de Desenvolvimento e II Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

O crescimento econômico, o planejamento e a reorganização da economia brasileira num quadro internacional de crises, segundo os motivos proclamados oficialmente pelo governo - como cita Ana Maria Skeff na sua tese «Organização Departamental e Produção Científica: Universidade de Brasília» - seriam garantidos com a formação de recursos humanos altamente qualificados. Esses profissionais de alto nível preencheriam a demanda das empresas e da burocracia pública e privada.

O Brasil precisava criar condições que o capacitasse para enfrentar a competição econômica tecnológica moderna. A preocupação do II PND é, a partir de uma estratégia de desenvolvimento capaz de assegurar a continuidade do crescimento da produção a taxas entre 8% e 10% ao ano, criar uma tecnologia própria.

Apesar dos incentivos e do impacto dos Planos Básicos de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, a pesquisa, ainda hoje, não tem um papel importante nem significativo dentro das universidades. A reforma do ensino, que antecedeu o PND, já colocava a pesquisa como atividade dominante nas universidades. As medidas de política científica tomadas pelo governo esbarram na relação de compromissos com o capital estrangeiro e com as multinacionais. Se, por um lado, explicitamente a ênfase é dada na produção interna de tecnologia, por outro não são tomadas nenhuma medida restritiva às importações. E as empresas não se sentem estimuladas a aumentar a produção de equipamentos nem incentivar as pesquisas.

### UM PROJETO FALIDO

O projeto da Universidade de Brasília antecipou a Reforma Universitária, surgindo em oposição às deficiências e falhas existentes nas universidades brasileiras. Nele, técnica e ciência se integrariam. Esse projeto trazia, segundo alguns, na sua filosofia, características socialistas que a revolução de 1964 passou a reprimir a duros golpes a partir de 1968. A UnB degenerou então no que se pode chamar de uma instituição absorvida pelo Estado e sem idéias políticas próprias que servissem de base para pesquisa. Explica-se assim o insignificante - quase-nulo número de trabalhos expressivos publicados a partir de 1970. Alguns dados são reveladores: Em 1973, 63,9% dos professores da UnB não publicaram nenhum trabalho em revistas ou jornais nacionais. Em 1974 essa percentagem foi de 61,8% e em 75, 71,3%. Os professores, de um modo geral, apresentaram como justificativas para essa baixa produtividade de 1974 e 1975 as precárias condições para pesquisa na UnB. Os motivos principais foram: falta de recursos financeiros, de equipamentos, de material, de tempo, de recursos humanos e de planejamento.

Apesar disso a Universidade de Brasília foi, junto com a Universidade Federal do Paraná, Universidade de São Paulo e a de Campinas, a que apresentou um maior crescimento relativo em número de cursos de pós-graduação. Tem treze mestrados e dois doutorados.

### ALGUNS NÚMEROS

No Brasil, em dezembro de 1975, havia 48 instituições de ensino superior ministrando cursos de pós-graduação. As estatísticas mostram a direção tomada pelo Plano Nacional de Pós-Graduação, as áreas de conhecimento com maior percentual de cursos existentes são as Profissões da Saúde (21,69%), Ciências Exatas (17,38%), Engenharia (13,22%) e as Ciências Biológicas (11,88%). A evolução entre 1966 e 1975 mostra que a maioria das áreas têm crescido sistematicamente a partir de 1970, com exceção de Engenharia e Química que não apresentaram desenvolvimento numérico significativo nos últimos três anos. O crescimento se concentra mais no eixo Rio-São Paulo (17,92%). Havia, até 1975, um total de 673 cursos de pós-graduação no Brasil, sendo 470 de mestrado e 183 de doutorado. Para 1976 estava previsto o início de 75 novos cursos de mestrado, o que é muito significativo se compararmos com o período anterior a 1966, quando havia em todo o Brasil menos de cinquenta cursos. A expansão do ensino da pós-graduação é sem dúvida nenhuma, em termos numéricos, uma realidade que pode ser facilmente comprovada: cerca de quatro mil teses e dissertações foram concluídas desde a instituição do ensino de pós-graduação no Brasil até 1973, enquanto somente no período de 74 a 75, acrescentaram-se mais 2097.

## Reforma de 1968

Se morressem todos os analfabetos maiores de 18 anos e se fossem preparadas escolas para os 15 a 17 milhões sem idade escolar, atualmente, ainda assim no ano 2.000 o total de analfabetos no Brasil seria de 10 milhões, afirmava a revista Visão, em agosto de 1968.

Nesse mesmo ano, porém, não apenas o ensino básico preocupava o Governo e a população: o número de excedentes das escolas superiores cresceu 212 por cento em relação a 1964. 125 mil jovens em todo o país não conseguiram vagas nas universidades. Este fato gerou condições para a contestação da política educacional e, consequentemente, despertou a opinião pública para o questionamento do regime instalado pela Revolução de março de 64. As capitais brasileiras transformaram-se em cenário para manifestações quase diárias, onde as palavras de ordem eram «Mais Vagas» e «Mais Verbas».

Imediatamente após estas manifestações e coincidindo com sua contenção iniciou-se a reforma universitária. Através de Decreto, o então Presidente da República, Arthur da Costa e Silva designa os 11 membros que constituirão o grupo de trabalho encarregado de promover a reforma universitária. O relatório deste grupo de trabalho foi concluído ao final de 1 mês. Nele deixam perceber, direta ou indiretamente, as indicações do relatório MEC/USAID para o ensino superior, da mesma forma como definem objetivos: a) necessidade de expandir as vagas no ensino superior; b) preocupação em não prejudicar as demandas de escolarização nos níveis inferiores; c) expandir o sistema com um mínimo de custo.

### MEDIDAS DE EXPANSÃO

Para alcançar os objetivos fixados propôs diversas medidas de alteração da universidade tradicional. Dentre elas, a departamentalização, o regime de créditos, a unificação do vestibular, a criação dos cursos básicos e de curta duração.

Diante da necessidade de um melhor aproveitamento dos recursos materiais e humanos, surgiu a ideia da departamentalização. A universidade tradicional, com suas faculdades isoladas, multiplicava gastos de toda ordem, uma vez que, disciplinas com o mesmo conteúdo eram oferecidas em diversos cursos mobilizando vários professores para um mesmo fim. Com a departamentalização pode-se atender alunos de áreas afins que, reunidos em turmas maiores, deixavam livres salas e professores para aproveitamento em outras atividades.

Como medida complementar da contenção de despesas iniciada com a departamentalização, criou-se o regime de créditos, a matrícula por disciplina. Com isso, os alunos passam a cumprir o currículo conforme os pré-requisitos que possuem e os seus interesses pois, além das obrigatórias, tem diante de si uma grande variedade de disciplinas pelas quais podem optar. Isto permite às universidades aumentar a sua capaci-

dade de atendimento sem um aumento acentuado de custo.

O antigo sistema de aprovação dos vestibulares, mediante a obtenção de nota igual ou superior a cinco, resultava em um grande número de excedentes, já que as vagas nunca eram suficientes para atender a demanda. Desse modo, a cada ano aumentava o descontentamento dos que não conseguiam vagas, culminando sempre em protestos levados a público. A forma encontrada para su-

perar o problema foi a unificação do vestibular e o estabelecimento do ingresso por classificação. A unificação garantindo o preenchimento de vagas disponíveis em universidades pouco procuradas; o ingresso por classificação destruindo a imagem do excedente, que, agora como reprovado, não podia reivindicar vagas.

A instituição do curso básico surge como solução ideal para a utilização da capacidade ociosa de determinados cursos. O aluno, ao ingressar na faculdade, deve passar por um período de estudos preparatórios e comuns a vários cursos. Ao final desta etapa deve optar por um deles, porém a confirmação desta opção vai depender de seu desempenho e do número de vagas disponíveis. Desta forma, quem não tiver tido um bom aproveitamento será encaminhado para cursos cujas vagas não tenham sido preenchidas, independentemente de sua opção.

Os cursos de curta duração, criados dentro da mesma preocupação de se criar mais vagas e manter baixos os custos, aparecem como alternativa para reduzir a permanência de uma boa parte dos estudantes dentro da universidade. Estes cursos, correspondentes a uma parcela da habilitação total, geraram mais vagas e a possibilidade de suas liberações em menor espaço de tempo. No entanto, estes cursos abriram brechas para uma série de críticas, dentre elas, ao currículo e ao tipo de profissional que passaram a lançar no mercado de trabalho em pequenos espaços de tempo.

### ENSINO MÉDIO - A RAIZ DOS MALES?

Mesmo contando com menos de 2.000 alunos no curso superior, para uma população de 90 milhões de habitantes, o Brasil investia, em 1968, no ensino universitário cerca de metade da verba destinada à educação de todos os níveis.

Diante disso, e das altas e negativas cifras relativas à educação média no país, o grupo de trabalho que elaborou a reforma sentiu a necessidade de definir medidas voltadas para esse nível.

A principal delas, foi a criação dos cursos profissionalizantes. Medida de duplo objetivo: 1º) aumentar o grau de interesse dos jovens pelo ensino médio — na época 90% dos matriculados não concluíam o ginásio — dando-lhes a oportunidade de conseguir uma profissão técnica. 2º) Reduzir a demanda dos cursos superiores. Acreditavam os membros do GTRU que ao aprender uma profissão, muitos jovens sentindo-se capazes para o trabalho, deixariam de procurar a universidade.

Embora pareça lógico o raciocínio, o esperado não aconteceu. O deputado, Otacílio Almeida (MDB SP), Presidente da CPI do Ensino Superior, explica: «Houve uma disfunção, resultante do esquecimento de uma série de condições

imprescindíveis para o sucesso da reforma. Faltou estudo sobre a estrutura física das escolas; sobre as condições de aproveitamento de professores leigos existentes em certas áreas, como o Nordeste; e sobre a preparação de profissionais para o ensino. Nem sequer foi feita uma pesquisa acerca da demanda de cursos e seu relacionamento com o mercado de trabalho». Disse ainda, o deputado, que ao tentar solucionar os problemas do ensino superior através de modificações no ensino médio, o GTRU criou novos, como «o desdobramento dos profissionais de ensino superior para lecionar no curso médio. Com isto, proliferaram escolas particulares para a reciclagem de professores». A debilidade dos cursos técnicos criados, diz ele, motivou o florescimento dos cursinhos, transformando-os em verdadeiras indústrias do ensino.

## O PROFESSOR

Luiz Beltrão organizou, em 1967, a Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília. Em 1968 foi exonerado, a pedido, por incompatibilizar-se com a Reitoria. Hoje, 10 anos depois, o professor de Teoria da Comunicação e Jornalismo do CEUB e UPIS, fala sobre a reforma e suas consequências.

### — COMO O SENHOR RECEBEU A DO ENSINO UNIVERSITÁRIO

**BELTRÃO** — Com bons olhos. Como professor da Universidade de Brasília, na época, bem antes de sua implantação tive oportunidade de conviver com sua filosofia. Como você deve saber, a UnB já nasceu com o espírito da reforma. Nesta convivência, pude reunir elementos que me permitiram avaliar o sistema e aprová-lo.

### — QUAIS AS FALHAS DA REFORMA?

**BELTRÃO** — Para mim, os maiores defeitos estão na execução. Talvez o MEC tenha falhado ao implantá-la precipitadamente. Uma reforma revolucionária como esta, deveria ser precedida de exame de infra-estrutura pos-suída e posterior preparo da necessária. Falo de infra-estrutura econômica, principalmente, bem como da administrativa e da própria estrutura física das escolas. A reforma, também, deveria ter garantido a estabilidade do professor. Uma estabilidade mínima de 3 anos, para que ele pudesse ter tempo de dedicar-se integralmente à universidade e à pesquisa. É inconcebível um professor que não estude. O Brasil está precisando ser conscientizado da importância do ensino universitário; aos professores está reservada a responsabilidade de manter o ensino profissional num nível que seja, no mínimo, bom. Só assim poderemos afirmar que possuímos escolas de nível superior no país. Atualmente, muitas escolas que não tem infra-estrutura para a graduação, se metem a criar cursos de pós-graduação! Qual poderá ser a contribuição dessas escolas para o país?

### — O SENHOR ACREDITA QUE A REFORMA TENHA RESOLVIDO O PROBLEMA DO ENSINO BRASILEIRO?

**BELTRÃO** — Resolver não resolveu, mas é um bom passo para a solução do problema. Especialmente no que tange ao ensino superior. Vejo na reforma muitos benefícios para alunos e professores. Exemplificando: a departamentalização. Antes as faculdades eram justapostas, sem nenhuma integração. Em face da interdisciplinarização, a formação era dirigida para um só objetivo. O aluno acabava bitolado. Técnico era técnico e pronto. Advogado era advogado. Cada um no seu canto, sem oportunidade de

participar das descobertas de outras áreas. A departamentalização e o regime de créditos possibilitou o intercâmbio e, ao mesmo tempo, acabou com a multiplicidade de matérias de mesmo conteúdo, resultando num melhor aproveitamento dos professores. A reforma é boa para o ensino, só não conseguiu os resultados esperados devido a precipitação. Outro exemplo, o currículo básico. O MEC deixou a critério de cada universidade estabelecer o seu currículo, porém sugeriu que deveria haver uma unificação entre todos os currículos de todas as escolas. A sugestão não foi aceita por muitas delas, daí esta inovação que deveria ser benéfica ao aluno, no caso de transferência, por exemplo, prejudicando-o mais que no sistema tradicional. Antes, quem estava no terceiro ano de medicina, mudava de escola e continuava no mesmo estágio. Hoje, muitas vezes por causa de uma mudança ou direcionamento ou no nome da matéria, o aluno transferido é obrigado a realizar estudos complementares ou mesmo a repetir a disciplina.

## A LEI

A principal lei da reforma universitária é a de nº 5540, de 28 de novembro de 1968. Essa lei fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média.

O que pretendeu a reforma do ensino superior está sintetizado nas características descritas no art. 11, e que assim se expressam:

- a) unidade de patrimônio e administração;
- b) estrutura orgânica com base em departamentos reunidos ou não em unidades mais amplas;
- c) unidade de funções de ensino e pesquisa, vedada a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes;
- d) racionalidade de organização, com plena utilização dos recursos materiais e humanos;
- f) flexibilidade de métodos e critérios, com vistas às diferenças individuais dos alunos, às peculiaridades regionais e às possibilidades de combinação dos conhecimentos para novos cursos e programas de pesquisas.

Em termos práticos, a transformação mais significativa foi o fim da cátedra vitalícia e o consequente fortalecimento dos departamentos, como medida de racionalização administrativa.

# Reformar a Universidade em 30 Dias

"Os pontos modernizadores da reforma foram obstados pelas forças da reação, o que é uma decorrência normal da fricção dialética entre o novo - que ainda não se estabeleceu - e o velho agarrado aos seus privilégios"

A reforma universitária, escrita e estruturada em apenas 30 dias, tinha por objetivo modernizar o ensino superior brasileiro, acabando com distorções históricas, democratizar o acesso à universidade e atuar como elemento corretivo das desigualdades sociais. Pelo menos esta é a visão apresentada pelo professor Valnir Chagas, do Centro de Educação da UnB, um dos idealizadores da reforma.

Segundo ele, os pontos mais modernizadores da reforma foram "obstados pelas forças da reação", o que ele considera decorrência normal da "fricção dialética entre o novo que ainda não se estabeleceu, e o velho agarrado aos seus privilégios". "É ingenuidade pensar que uma expectativa de mudança social pode se realizar em menos de uma geração" disse Valnir Chagas.

O professor, durante 16 anos membro do Conselho Federal de Educação (CFE), afirmou que a reforma espelhou os sonhos de toda uma geração, na qual ele se incluiu e, entre outros, cita Darcy Ribeiro.

Segundo o projeto inicial da reforma universitária, o vestibular seria classificatório, mas incluiria mais vagas do que as realmente disponíveis nos cursos profissionalizantes, e a seleção seria feita durante o curso básico. Os estudantes não selecionados nesse primeiro ciclo seriam aproveitados em cursos técnicos de pequena duração.

O professor Valnir Chagas, em defesa de sua idéia, disse que o curso básico, é ponto comum de todas as universidades do mundo desde a idade média, quando a parte sobre a qual se assentavam os cursos profissionalizantes era o estudo de artes. Na Alemanha de 1800, a parte inicial de qualquer curso era o ensino da filosofia. "No Brasil essa idéia vem sendo constantemente combatida por professores e alunos, em consequência de uma reação de ordem histórica, porque as faculdades sempre foram unidades isoladas nesse país desde D. João VI.

O professor também defendeu os cursos de curta duração dizendo que eles existem em todos os países do mundo, independente do sistema econômico, "mas no Brasil, quando fizemos a proposta, eles caíram em cima". E explica: "seria a formação de uma elite no verdadeiro sentido da palavra. Não uma elite da classe social, mas uma elite dos melhores. Afinal nem todo mundo pode ser doutor".

Valnir Chagas fez críticas contundentes ao vestibular nos moldes em que ele é feito hoje. Segundo o artigo 21 da lei 5540, citada por ele, o exame tem a finalidade de detectar "as aptidões e a maturidade" do estudante. "A educação vale na medida em que aumenta a capacidade de sentir, pensar e agir" disse o professor, explicando que os conhecimentos concretos seriam utilizados apenas como pano de fundo para verificação das capacidades do aluno. O vestibular atual, segundo ele, é uma

—A reforma foi escrita em 1968  
— "numa época em que precisávamos fazer cada reunião em um local secreto diferente, porque os estudantes estavam na rua".

"O professor, durante 16 anos membro do Conselho Federal de Educação, afirmou que a reforma espelhou os sonhos de toda uma geração, na qual ele se incluiu e, entre outros, cita Darcy Ribeiro".

"A educação vale na medida em que aumenta a capacidade de sentir, pensar e agir".

"Devemos ampliar o conceito de escola abandonando a idéia ultrapassada de que escola é uma sala de quatro paredes".

distorsão comparável a um exame de sangue realizado para se encontrar feição. Acha que é urgente mudar o vestibular e diz que isto é fácil.

"Me entreguem um grupo de trabalho que eu realize isto em pouco tempo" disse o professor, acrescentando: "é preciso puxar a escada e deixar os cursinhos com o pincel na mão".

Ele acha que um vestibular nesses moldes e "democratizado", em que a seleção fosse feita dentro da universidade, atuaria como um corretivo dos efeitos da estratificação social ao permitir que fossem escolhidos os verdadeiramente aptos para o curso superior. "Um menino da favela está muito mais preparado para viver do que um outro que foi protegido dos problemas" disse Valnir Chagas, admitindo entretanto que a falta de alimentação adequada pode vir a gerar lesões cerebrais nas crianças de mais baixa condição econômica, impedindo, de início, essa "democratização do ensino superior".

Para resolver esse impasse, ele propõe que a universidade desça até o pré-escolar, onde seriam ministrados mais vitaminas do que conceitos do ensino padronizado. Ele não considera que essa atuação da universidade extrapola sua área de ação, porque acha que "devemos ampliar o conceito de escola, abandonando a idéia ultrapassada de que escola é uma sala de quatro paredes".

Considera que, apesar da reação "do velho estabelecido", muitas propostas deram certo na reforma. E relaciona: "há experiências de primeiro ciclo muito boas, estabeleceu-se a idéia de integração dos campi, até fisicamente, e está sendo formada no Brasil atualmente uma nova geração, mais voltada para a pesquisa".

A reforma foi escrita em 1968, "numa época em que precisávamos fazer cada reunião em um local secreto diferente, porque os estudantes estavam na rua". E Valnir Chagas garantiu que "jamais algum americano conseguiu ter qualquer influência sobre as diretrizes da reforma". Citou inclusive uma briga que teve com o norte-americano Rudolph Atcon, grande adversário dos estudantes, na época.

A estrutura funcional foi feita pelo professor Chagas, a parte do magistério foi escrita por Rock Spencer Maciel de Barros. Newton Supcira estruturou a parte de pós-graduação, o padre Ávila ficou com o setor estu-antil, e o atual ministro do Planejamento, João Paulo dos Reis Velloso, com o setor de financiamento.

A parte administrativa foi estruturada pelo grupo todo, coordenado pelo professor João Lira Filho. Todos os trabalhos foram dirigidos pelo então ministro da Educação Tarso Dutra.

Valnir Chagas acha plenamente justificável que a reforma tenha sido escrita em tão pouco tempo, afirmando que as idéias básicas estavam nos sonhos da geração que a estruturou. Disse que é normal que a geração atual faça novas exigências. "Isto é bom, é dialético".

*"Maurício Lanski é  
assessor especial do  
diretor do  
Departamento de  
Assuntos Universitários  
(DAU) no  
Ministério da Educação  
e Cultura e  
professor das cadeiras  
de Antropologia e  
Sociologia da  
Universidade Federal  
de Minas Gerais.  
Formado em  
Administração de Empresas,  
pós-graduou-se  
em administração acadêmica  
em Michigam, EUA*

## Reforma do Ensino

CAMPUS — Por que foi implantada a reforma universitária no Brasil?  
MAURÍCIO: — A reforma procurou atender as necessidades sociais no que se refere ao melhoramento das atividades universitárias para um melhor atendimento a um maior número de estudantes brasileiros. As universidades se caracterizavam pelo que se chama de duplicidade de meios para um mesmo fim, ou seja, eram um somatório de escolas isoladas, sem grandes possibilidades de dar oportunidades a um maior número de estudantes, e que funcionavam com um sistema administrativo descentralizado. Houve então uma série de fatores que conduziu o Governo a se preocupar com a reformulação do sistema universitário brasileiro; criando então um grupo de trabalho constituído por professores membros do Conselho Federal de Educação e das universidades, funcionários do Ministério e pessoas conhecidas por serem expertas em assuntos educacionais; chegou-se, então, a uma conclusão que pode ser consubstanciada na Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968 da reforma universitária.  
CAMPUS — Havia participação internacional nesse grupo?

*"A razão básica seria  
a multiplicação do número  
de estudantes,  
sem nenhum prejuízo  
da qualidade do ensino"*

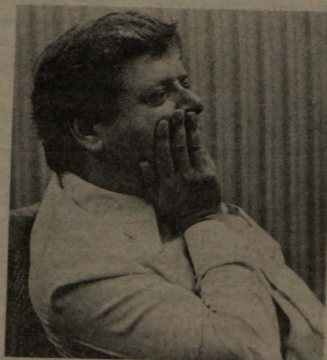
MAURÍCIO — Essa legislação criou então a ideia de uma universidade como deve ser entendida hoje. A administração passou a ser única. A ideia básica era a constituição de campi universitários. A reforma trouxe a opção do sistema de créditos que dá inúmeras vantagens quanto ao sistema seriado, trouxe a ideia de que um professor universitário pode atender em seu curso estudantes das áreas A, B ou C, se as disciplinas são requeridas por vários e diferentes cursos. (A razão básica seria a multiplicação do número de estudantes, sem nenhum prejuízo da qualidade do ensino). Trouxe

também um problema básico: não se faz campus universitário da noite para o dia. Mas a legislação foi sábia dando às universidades um prazo bastante razoável para suas adaptações ao novo sistema. Daí em diante surgiram outros problemas ainda maiores: a queda da cátedra e o nascimento do departamento como unidade básica de ensino. Era uma questão de queda do status, os professores catedráticos não admitiam ser deslocados do quadro do pessoal de uma escola tradicionalmente conhecida como boa. Essas pessoas tendiam a resistir a esse tipo de mudança. Em geral eram elementos bastante sérios, com vários diplomas, que entendiam do "seu riscado" como era costume dizer. Mas a partir do momento que assumiam a cátedra passavam a ditar as normas, criar as escolas que bem entendiam, criavam grupos de indivíduos que se associavam a eles, e os demais professores eram todos seus assistentes. Mas no momento em que a reforma muda tudo isso cria o departamento como unidade básica de ensino, dirigido por um professor eleito por seus pares (cada professor passa a ter sua autonomia dentro dos parâmetros estabelecidos pelo colegiado de curso e pelo departamento), as diretrizes já não eram orientadas por um só indivíduo, mas sim por um colegiado.

CAMPUS — A centralização da administração universitária trouxe um problema maior. Se antes os departamentos tinham um diretor dando ordens, hoje temos uma universidade inteira sendo regida por apenas um reitor.

MAURÍCIO — Mas essa me parece não ser a colocação correta. Você não tem uma pessoa que rege toda uma universidade, você tem uma pessoa que é o regente, no caso o reitor de toda uma universidade. Mas com ele, você tem vários conselhos que devem ser consultados para todos os assuntos. Se, por ventura, o reitor é um homem capaz de realmente, pela sua simpatia, antipatia ou poder, ou sei lá o que, contornar todo o sistema de conselhos e controlar, aí o problema é outro, você não tem como fugir disso.

CAMPUS — Mas então esse é um aspecto falho da reforma, não ter previsto essas possibilidades de endurecimento no poder do reitor.



*"Um problema de  
estruturação interna  
da universidade"*

MAURÍCIO — A reforma não foi compreendida por muitas pessoas, tanto por estudantes, professores ou administradores. O texto é perfeito, tá lá, fácil de ser interpretado e fácil de ser posto em ação. Se o processo escolhido pela universidade não é aquele que realmente venha a dar todas as aberturas de participação do colegiado, desde o nível de departamento no sistema universitário, não é culpa do texto da reforma, é um problema de estruturação interna da universidade.

CAMPUS — Como a reforma previu a integração da universidade com as outras áreas da sociedade?

MAURÍCIO — A legislação é muito clara, está no "caput" da lei. A universidade tem três funções básicas: o ensino, a pesquisa e a extensão. O ensino e a pesquisa voltados, não só para dentro

do campus, mas voltados também para a sociedade, para a nação de um modo geral.

CAMPUS — Nós queríamos saber se esse modelo da reforma foi baseado em algum modelo anterior e como é que isso foi estudado?

MAURÍCIO — O texto da reforma é uma combinação, interpretação e adaptação brasileira daquilo que realmente existe hoje em vários pontos do mundo em matéria de universidade. Eu diria que ela tem um pouco da universidade inglesa, da americana, da francesa e da alemã. Enfim, é um conjunto de normas que naturalmente foram estudadas e acompanhadas em quase todas as universidades do mundo.

CAMPUS — Como essa reforma universitária se adaptou aos ensinos primário e secundário?

MAURÍCIO — O ensino secundário também sofreu uma reforma. Mas o principal objeto da reforma foi a modificação do sistema acadêmico e administrativo da universidade, nesse aspecto ela não tem nada a ver com o sistema acadêmico e administrativo do curso secundário.

CAMPUS — Qual o envolvimento do acordo MEC-USAID na reforma?

MAURÍCIO — Não me ocorre. A não ser no sentido de ter provocado interesses pelos estudos na área de ensino.

CAMPUS — Essa legislação permite a intervenção do Governo na universidade?



*"A universidade em si não  
deve ter uma  
linha ideológica"*

MAURÍCIO — Eu diria que está havendo uma intervenção, uma participação direta; no momento em que a universidade no Brasil está mais voltada para o Governo federal, porque é o Governo federal quem coordena todo o ensino no país através do seu Ministério da Educação.

CAMPUS — Qual foi a orientação política e ideológica que determinou a reforma?

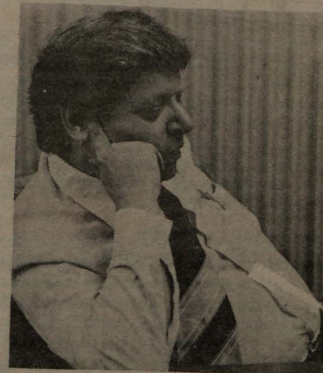
MAURÍCIO — O aspecto político foi aquele que eu disse no início. O atendimento à demanda do sistema social do país no que se refere ao desenvolvimento no plano técnico, científico, etc. Eu chamaria essa linha de política desenvolvimentista. Quanto ao aspecto ideológico, eu não sei, eu não consigo captar a sua pergunta, porque a universidade em si não deve ter uma linha ideológica. A universidade é um lugar onde se discute, se trabalha, se pesquisa de tudo. Eu acho que se você caracterizar a universidade com um teor ideológico, seria assim uma coisa bastante perigosa em termos sociais. Isso não ocorre na legislação brasileira.

CAMPUS — Perguntamos isso porque a reforma de certa forma coincide com a Revolução de 1964.

MAURÍCIO — Não coincide, não. A Revolução foi em 64 e a reforma em 68. Eu diria talvez que ela foi uma resultante, por um fator de pressão social e um reconhecimento pelo Governo das reais

necessidades de uma melhoria e uma modificação da realidade brasileira. CAMPUS — A expansão universitária, permitindo acesso a um número maior de estudantes, não teria influído na qualidade da formação profissional?

MAURÍCIO — Vocês tocaram num assunto muito sério. Qualidade versus quantidade. Há quem diga que as antigas escolas formavam profissionalmente melhor. Há quem diga o contrário. Eu não diria nem uma coisa nem outra. Eu me reservo o direito de colocar uma interrogação. Já existem no DAU vários trabalhos sobre a avaliação dos resultados da reforma em todos os planos: administrativo, departamental, etc., e há ainda outros sendo feitos. Há departamentos universitários que estão fazendo trabalhos magníficos, melhorando a qualidade do ensino, da pesquisa. A única coisa que eu posso dizer é que há casos ruins e casos bons.



*"O interesse maior está  
voltado para a área  
de tecnologia"*

CAMPUS — Um problema que existe no Brasil, e que cada dia vem se complicando, é o da mão-de-obra especializada para o ensino superior.

MAURÍCIO — Não é bem assim. Você pode ver que o programa de pós-graduação no Brasil é enorme e muito sério. Você tem um sem número de professores hoje nos mais diversos pontos do mundo. Portanto, não se trata de uma importação de uma ideologia tecnológica de um determinado país. Agora, esse é um pessoal que demora a responder. Não se faz um PhD da noite para o dia, não. Temos cerca de 3 mil pessoas estudando em nível de pós-graduação, mas que ainda não responderam. Esse pessoal começa a retornar. Já estão trabalhando, mas para formar uma massa crítica capaz de ser realmente significativa em termos sociais é um processo demorado.

CAMPUS — Mas nós achamos que a orientação do MEC está mais voltada para a tecnologia do que para as ciências chamadas "humanas".

MAURÍCIO — Eu diria que o interesse maior está voltado para a tecnologia, pelas próprias regras do mercado de trabalho. A demanda para os cursos de Ciências Exatas é infinitamente maior.

CAMPUS — Mas você acha que esse desequilíbrio parte da livre escolha, ou isso já é uma resposta à proposta que vem de cima para baixo?

MAURÍCIO — E claro que se por parte do Governo há interesse em desenvolver a tecnologia nacional, isso vai canalizar os interesses das pessoas para essas áreas. Mas isso não é o suficiente para se dizer que está havendo uma discrepância. Eu, por exemplo, acabo de receber dados sobre três estudantes que estão nos EUA, dois em Ohio, e um outro em Michigan, ou sei lá que diabo de lugar, fazendo sabem o quê? Arte (risos). Ninguém divulga que tem gente fazendo arte fora. Mas existe. Por que elas foram estudar isso nos EUA? Naturalmente elas pesquisaram e se interessaram. Não se pode fazer nada.

# CPI do Ensino

“Ensino  
pago para  
aqueles que  
puderem  
pagar”

(Muniz Aragão)

“Aquele que perturba a vida universitária deve sofrer penalidades e ser afastado se necessário; para o aluno que quer estudar, existir ou não o 477 é a mesma coisa”.

Essa defesa do Decreto-lei 477 foi feita na Câmara dos Deputados pelo ex-ministro da Educação Raymundo Moniz de Aragão - duas semanas depois de contestado pela reitora da Universidade Católica de São Paulo, professora Nadir Kfour, e pelo reitor da Universidade Católica de Pernambuco, padre Amaral Rosa

“Aquele que perturba a vida universitária deve sofrer penalidades e ser afastado se necessário; para o aluno que quer estudar, existir ou não o 477 é a mesma coisa”. Essa defesa do Decreto-Lei 477 foi feita na Câmara dos Deputados pelo ex-ministro da Educação, Raymundo Muniz de Aragão - duas semanas depois de contestado pela reitora da Universidade Católica de São Paulo, professora Nadir Kfour, e pelo reitor da Universidade Católica de Pernambuco, padre Amaral Rosa.

Todos eles comentavam, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito, formada por 11 deputados dos dois partidos para investigar a situação do ensino superior, a possibilidade de revogação do decreto dentro do programa de reformas políticas. O quarto depoente a comparecer, professor Edevaldo Alves da Silva - proprietário das Faculdades Metropolitanas Unidas, de São Paulo - preferiu dizer que não tem opinião formada a respeito.

O deputado Fernando Coelho, vice-presidente da comissão, mostrou-se contrário ao Decreto-Lei 477, afirmando que o mesmo tem dado margem a abusos, ameaçando injustamente estudantes, ainda que suas reivindicações restrinjam-se a melhorias nos laboratórios.

Uma outra questão que se colocou durante as sessões da comissão foi a do ensino pago. Muniz de Aragão mostrou-se favorável ao ensino pago «para aqueles que puderem pagar», ressaltando, entretanto, que o Governo deve isentar de taxa e conceder bolsas aos que não têm condições de custear seus estudos.

Já a reitora da PUC de São Paulo defende uma universidade «aberta ao povo, não elitista», e crê que «a escola particular, numa sociedade aberta como a nossa, deve-se atribuir função alternativa para os que a procuram por sua qualificação em distintas áreas do conhecimento. E não como sucede atualmente, em que a alternativa - para os que não conseguem acesso aos estabelecimentos públicos e aos particulares mais qualificados - está em recorrer a instituições privadas de baixo padrão».

A CPI do ensino superior foi requerida pelo deputado Octacílio Almeida (MDB) que denunciou graves falhas no sistema de ensino superior, tais como a baixa qualidade e a comercialização do ensino e a péssima remuneração dos professores, que trazem «consequências desfavoráveis à economia e à vida cultural do país».

O roteiro a ser seguido pela comissão compreende a política do ensino superior, a reforma universitária, a expansão do sistema, a qualidade do ensino, o financiamento, o vestibular e o apoio aos estudantes (diretórios e representações estudantis).

Em sua composição efetiva estão os deputados Octacílio Almeida (presidente); Ruy Codo, João Gilberto, Fernando Coelho (vice-presidente) e Jorge Moura (MDB), e Mário Mondino, Dasso Coimbra, Adriano Valente, João Pedro (relator), Dayl de Almeida e Darcílio Ayres (Arena).

As sessões da CPI do ensino superior se realizam todas as terças-feiras, às 10 horas da manhã, no anexo 2 da Câmara dos Deputados, sendo abertas ao público.

O reitor da Universidade de Brasília, José Carlos de Azevedo, o ministro da Educação Ney Braga, e o ex-ministro Jarbas Passarinho serão «fatalmente convidados» a prestar depoimento à comissão.

As listas de possíveis depoentes serão analisadas pelo presidente da comissão. Não se cogita em cortar nomes.

## EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO

Dentre os 21 deputados que compõem a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o ensino superior no Brasil, 12 já integraram comissões de Educação e Cultura, e alguns tiveram experiência na área de Educação.

O deputado Dayl de Almeida foi membro do Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro, (62/67) e do Conselho Universitário da Universidade Federal Fluminense (51), além de ter sido professor titular do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, professor de Sociologia da Faculdade

de Ciências Econômicas e da Escola de Serviço Social de Niterói e professor de Sociologia e Direito Internacional Público do CEUB.

Assessor e secretário executivo do gabinete do ministro da Educação e Cultura, o deputado Hélio Mauro foi também secretário de Estado da Educação e Cultura de Goiás (71/74) e participou do curso de Planejamento Educacional patrocinado pela USAID na Universidade de San Diego, Califórnia.

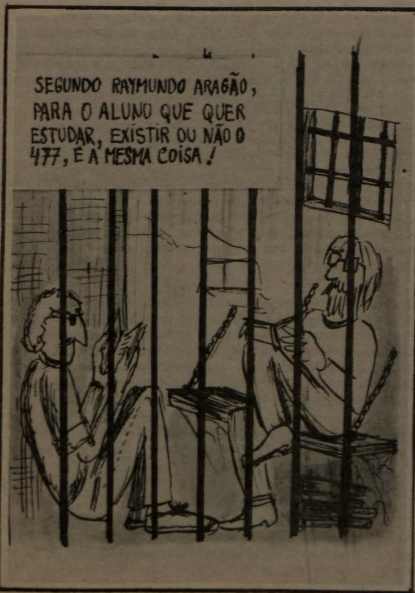
O deputado Dasso Coimbra dirigiu o Colégio Estadual de Niterói (1954) e o deputado Edgar Martins é licenciado em Pedagogia.

O relator da comissão, deputado João Pedro, foi professor de diversas cadeiras da Universidade de Mackenzie, vice-diretor da Faculdade de Arquitetura, vice-reitor (69/71) e reitor (71) da mesma universidade. Coordenou o Plano Nacional de Educação no Estado de São Paulo (17) e dirigiu o Fundo Estadual de Construções Escolares (71/73).

O deputado Manoel de Almeida participou da criação das escolas Caio Martins para Educação em Comunidades em Minas Gerais e promoveu a reforma e humanização do ensino no Departamento de Instrução da Polícia Militar (49/51).

Chefe do Ensino Primário do Departamento de Educação da Secretaria de Educação de São Paulo, diretor do subgabinete da Secretaria de Educação em São José do Rio Preto, delegado do Ensino Elementar em Franca e em São José do Rio Preto, o deputado Octacílio Almeida, presidente da comissão, fez também estudos sobre ensino profissionalizante em oito países europeus e recebeu a medalha Vital Brasil, do Governo de São Paulo, por serviços prestados à educação.

O deputado Olivir Gabardo foi professor orientador e coordenador do Ministério da Educação e Cultura para os cursos de aperfeiçoamento de professores do ensino médio da região norte do Paraná.



“Universidade  
aberta  
ao povo,  
não  
elitista”

(Nadir Kfour)

# A UNIVERSIDADE DE BRA

Inspirada no modelo da Universidade de Brasília, a Reforma do Ensino Superior não teve, portanto, grande influência sobre ela. Mas, para o Reitor José Carlos de Almeida Azevedo, a UnB nada tinha de modelo, já que este existia em algumas universidades da Europa, e em quase todas universidades americanas.

Aplicou o ditado "Quem sabe faz, quem não sabe ensina", para explicar porque a UnB não tem Odontologia, um curso, que, segundo ele, tem muito a ver com Comunicação, onde o professor nem sempre é um bom profissional. Para ele, ainda esse ano, a Física conseguirá encontrar seu equilíbrio, com a contratação de professores. Acredita que a Universidade não deveria perder mais um ano na procura de professores para as áreas de Relações Públicas, Audiovisual e Publicidade e Propaganda.

Deve, sim, dar ênfase ao curso de jornalismo que, por suas próprias condições geográficas, tem tudo para ser o melhor curso do país. Embora, defenda a tese que o jornalismo de hoje é muito especializado e que, por isso, deveria ser um curso de pós-graduação, recebendo alunos de outros cursos. Falou ainda dos problemas que o Hospital de Sobradinho enfrenta, das taxas instituídas pela UnB - "nem tudo que chateia o aluno é feito por mim". Apesar disso, ele acha que o nível de ensino da UnB é bom, se analisado comparativamente com o resto do país. Mas, de forma alguma poderíamos equipará-la a uma universidade como Harvard. "A Universidade tem o peso cultural da sociedade"



## "Quem sabe faz, quem não sabe, ensina"

CAMPUS — Existem planos para implantação imediata dos cursos que ainda não existem, como Odontologia, Engenharia Química?

REITOR — Nós já temos até permissão do Ministério da Educação para criar o curso de Odontologia, hoje. Acontece que há certas áreas da saúde, e a Odontologia em particular, onde o problema maior do curso está no especialista em Odontologia. Odontologia tem muita coisa a ver, não parece, com Comunicação, que é uma área onde se aplica muito aquele ditado: "Quem sabe faz, quem não sabe ensina". E preciso saber quem sabe e quem ensina simultaneamente. Então, na área de Comunicação, não adianta o sujeito vir para o quadro negro e discutir Mc Luhann, se ele não tem a vivência da imprensa, que é uma coisa diária, onde o sujeito tem de identificar nos fatos, às vezes corriqueiros, as notícias que têm real importância social, econômica. Na Odontologia, isso se aplica mais ou menos da mesma maneira. Há bons especialistas, bons odontólogos. Mas, no fim, o problema é o seguinte: quem vai ensinar os alunos? Então, não adianta abrir um curso de Odontologia, apesar de já existir autorização para isso. Nós ainda estamos identificando em Brasília e fora de Brasília, pessoas que sejam capazes de sentar e deglutir um currículo de Odontologia, de um modo prático e, principalmente quem ensine. A dificuldade maior reside, no momento, em professores de Odontologia que, muitas vezes têm pouco a ver com um bom dentista.

Mas, eu acredito que para meados do ano, teremos uma noção certa se o vestibular será aberto em janeiro.

A Engenharia Química apoia-se muito na Química oferecida pela universidade. Nós não temos, apesar de já ter sido proposta no ano passado, muita possibilidade de ampliação do curso. Esta é outra área problemática, porque você não tem um bom químico industrial. Quando foi feito este estudo, na mesma época em que se abriu o curso de Engenharia Florestal, nós pedimos a criação de uma outra Engenharia, que me parece ser a Química Industrial. Verificou-se naquela época, que a parte relativa aos processos industriais, não havia ninguém em Brasília, nem na universidade, nem disponível fora que pudesse vir.

CAMPUS — É inviável para Brasília?

REITOR — Não é inviável para Brasília; é inviável para a Universidade de Brasília, nas condições atuais. Existe um outro aspecto também. É que a universidade não pode ter por objetivo abranger todas as áreas do conhecimento. Há que se decidir. A universidade tem que se notabilizar por excelência em algumas áreas. Se nós conseguirmos ter um bom curso de Engenharia, talvez já seja bastante razoável.

## "Comunicação, Sociologia e Antropologia deveriam ser cursos de pós-graduação"

CAMPUS — Parece que existe dificuldade para formar um quadro docente estável na Física, Comunicação e Arquitetura. Esse problema, o Sr. colocaria nos mesmos termos da Odontologia?

REITOR — Não, eu não colocaria nos mesmos termos da Odontologia. O problema da Física, por exemplo, eu conheço bem. Vem de uma distorção inicial. O primeiro curso de Física, de pós-graduação em Física, reconhecido após as leis aprovadas em 68, no Brasil todo, provavelmente foi o da Universidade de Brasília. O que ocorreu, é que depois disso, em vez de consolidarem o Departamento, trazendo pessoas mais qualificadas, de uma maneira que também favorecesse a graduação, eles partiram para um objetivo que de longe escapava a competência do departamento, naquela ocasião. Eles leram os trabalhos de Skinner sobre ensino de massa, e quiseram aplicá-lo, aqui, à Física. O fato é que não conseguiram levar adiante o projeto. Surgiram uma série de frustrações e o departamento entrou num processo de desgaste, de perda de professores.

Isto está sendo refeito e eu acredito que nós teremos um bom departamento novamente, a partir de meados deste ano. Estamos em fase de contratação de pessoal, daqui e do exterior. Alguns até já chegaram e outros virão, até julho ou agosto. Na pior das hipóteses, até o fim do ano. O curso de Física da UnB não é um curso de má qualidade. É apenas um curso que não tem perspectivas na área da pesquisa. Porque o que consolida um Departamento é levar o aluno a participar de estudos de problemas de interesse atual. Longe de estar sugerindo com isso que o aluno tem, como norma, condições de desenvolver projetos de pesquisa. Esse é um processo de sedimentação. A pesquisa é um bom curso de pós-graduação têm reflexos importantes na qualidade do curso de graduação, desde que não se faça diferença entre professores de graduação e de pós-graduação. A Física não é um curso ruim.

Agora, o curso de Comunicação tem problemas mais ou menos semelhantes aos do curso de Arquitetura. Em particular, a pouca tradição existente no país de cursos universitários nessas duas áreas. Se você pegar hoje em dia jornalista que atinja a faixa, digamos, dos 40 anos, e que tenha nome, verá que nenhum vem de escolas de jornalismo. Porque, a primeira escola de jornalismo foi a Cáspar Líbero de São Paulo que até hoje tem dificuldades. No fundo, estas duas áreas encontram dificuldades imensas de professores e dificuldades também, de ordem metodológica. Com isso, eu quero dizer o seguinte: o bom jornalista não é necessariamente o sujeito que se forma numa faculdade de Comunicação. As vezes pode ser um engenheiro ou um economista, como é o caso do especialista em jornalismo econômico. Mas isso você não adquire num curso de três, quatro e mais não sei quantos anos de graduação. Quer dizer, o correto em algumas áreas de humanidades, é

# BRASILIA NUNCA FOI MODELO

isso se aplica certamente à Comunicação, à Sociologia e também à Antropologia, é que não são cursos de graduação.

No meu entender, sem ter estudado o assunto com profundidade, esses deveriam ser cursos de pós-graduação, recebendo alunos de diferentes áreas. Veja o que ocorre hoje no Departamento de Comunicação. O aluno prestou concurso vestibular para Comunicação e não sei que mais. Mas, na hora de sentar ele não sabe o que é isso. Ele não sabe escrever. Não é saber o português perfeitamente, que isso pouca gente sabe, mas escrever de forma inteligível. Esse é o problema. Sem entender do assunto em profundidade, acho que uma universidade, como a de Brasília, poderia até pedir eventualmente autorização para o Conselho Federal de Educação para admitir alunos em cursos de pós-graduação de Comunicação, de Arquitetura e nessas outras áreas, que fossem oriundos das Engenharias, Medicina, Economia, porque hoje em dia, o jornalismo é muito especializado. Você vê, quem escreve sobre Medicina hoje no Brasil? Eu sei de dois sujeitos. Um é o Carlos Gentile, e aquele outro, do *Jornal do Brasil*, de nome estrangeiro, russo, creio... Enfim, seria melhor, para a Universidade, melhor para toda a área de Comunicação do país, se um esquema pelo menos alternativo, de tentativa, como este, fosse feito.

Na hora em que você senta para descrever um fato, você tem, por exemplo, que interpretá-lo à luz de fatos econômicos. A universidade pode mudar, mas ela não pode transformar um curso de Comunicação num curso de Economia. Então, o tempo gasto para que um indivíduo tome conhecimento de uma série de assuntos que são necessários para o seu maior desempenho profissional, é muito curto. Por que não fazer o inverso? Você vai se especializar em jornalismo econômico? Então, muito bem, o Sr. vem da escola de Economia e agora o Sr. vai estudar isso, estudar aquilo, e aqui está o seu diploma de pós-graduação em jornalismo. Eu acho que o prazo de diplomação seria menor, o custo seria menor e, sobretudo, as frustrações seriam menores. Esse é o problema que me parece mais importante nos cursos de Comunicação, que viraram a coqueluche do Brasil há dez anos. Foram abridores dos cursos de Comunicação, sem saber direito do que se do cursos de Comunicação, sem saber direito do que se precisava. Surgiram as coisas mais disparatadas possíveis. E o resultado foi esse. Uma massa de desempregados, uma massa de pessoas frustradas, quando você vê que os responsáveis nos grandes jornais, por determinados setores, são profissionais oriundos de outras áreas. Acho que em termos nacionais, essa não foi uma das melhores experiências, não.

## "Comunicação em Brasília é o melhor"

CAMPUS — O senhor se proporia a fazer estas mudanças na Universidade de Brasília?

REITOR — A Universidade de Brasília, apesar de ser Fundação, é autônoma para fazer experiências, e a lei permite que elas sejam feitas. O que ainda não se sentiu foi o pulso para isso. Imaginem amanhã, se eu pego um pedaço de papel, ouço umas dez ou vinte pessoas e se cancelo a graduação não sei do que, temporariamente, para fazer, com a autorização do Conselho Federal de Educação, uma experiência nesse sentido. Vocês não têm de convir que não vai dar.

CAMPUS — Mas seria válido?

REITOR — Acho que os dois processos, concomitantemente, seriam válidos. Respondendo, finalmente a sua pergunta relativa à área de Arquitetura, a Universidade de Brasília certamente oferece um dos melhores cursos de Arquitetura do país, e isso decorre de uma série de fatores. A Universidade é grande, tem recursos, paga satisfatoriamente bem e dá preferência a professores com dedicação exclusiva. Isso tudo influi, indiretamente, na qualidade do ensino. Mas a Arquitetura tem uma série de injunções iniciais. A Arquitetura, no Brasil, é oriunda de Belas Artes. Tomemos o exemplo da Universidade. Esse prédio, o prédio da Biblioteca, tem projetos que devolvem cinco ou seis vezes, e acabaram saindo com defeito. Você abre uma sala qualquer aqui, você tem necessidade de ar condicionado e precisa de luz artificial, quando Brasília tem clima ameno e luminosidade excessiva. Belas Artes, na Arquitetura, tem muita importância, mas hoje em dia, os fatores de ordem econômica estão se tornando preponderantes. E preciso dar ênfase à formação mais especializada do arquiteto.

Como a Comunicação, a Arquitetura é sabidamente deficiente, mas a Universidade de Brasília oferece, senão o melhor, um dos melhores cursos de Arquitetura do país. E isso se aplica também à Comunicação. Você sabe que a CAPS só aponta a Comunicação aqui em Brasília? Porque é o melhor. É o caso de se perguntar: imagine os outros, né?

CAMPUS — Quais são os seus planos específicos para melhoria na Comunicação?

REITOR — Nós deveríamos procurar complementar essas outras áreas, o que tem se tornado praticamente impossível. Eu me refiro a Publicidade e Propaganda. Audiovisual e Relações Públicas. Acredito que a Universidade não deveria perder mais um ano na procura de profissionais necessários às outras áreas, além do jornalismo. A Universidade de Brasília pode ter o melhor curso de jornalismo do país. Por que? Por uma decorrência geográfica. Está na Capital da República a fina flor do jornalismo, em termos médios do Brasil. Por que não trazer o Sr. fulano de tal, que está ali no jornal, para ensinar este aspecto do jornalismo? Por que não trazer o outro? Enfim, esta é uma área na qual se deve dar preferência à experiência profissional. Porque os conhecimentos básicos são de tal forma grandes, que não há condições de dar um bom curso, no sentido do aluno formar-se e pronto. Para um bom curso de Comunicação, é necessário dar uma boa formação em Economia, em Sociologia, em Língua Portuguesa, isso para ficar só no jornalismo. Partindo para as

outras áreas, você precisa complementá-las com estudos básicos bastante profundos. Neste caso, teremos um curso de dez anos? Ou não? !

CAMPUS — Quer dizer que as outras habilitações da Comunicação que estão fechadas não serão abertas? REITOR — Elas não estão fechadas. Tem-se evitado. Entramos em entendimento com o aluno. Nós o chamamos e dizemos: olha, filho, você quer fazer Publicidade e propaganda, a responsabilidade é sua. Mas a Universidade não encontra ninguém para dar esse curso. Mas eu acho que vocês vão precisar se ajustar a essa realidade, ao fato da Universidade não estar nos grandes centros onde a propaganda é feita e divulgada, onde os filmes são feitos, onde os programas de televisão são feitos. Foi um pouco intempestivo da Universidade abrir essas habilitações, em rádio, televisão e cinema, porque o que é o sujeito vai aprender? Mexer com o aparelho? Não será ele que vai mexer e sim o técnico!

CAMPUS — Mas o Sr. pretende excluir esse tipo de matéria para o formação do jornalista, também?

REITOR — Não, não. Essas matérias são integrantes da habilitação em jornalismo.

## "Comparar a UnB com Harvard é de dar gargalhadas"

CAMPUS — Como é que o Sr. vê a reforma do ensino, e, mais especificamente, como ela atingiu a Universidade de Brasília?

REITOR — Ela não atingiu a Universidade, que na época era muito pequena. A reforma é um mero conjunto de normas administrativas que se aplicam de formas diferentes a diferentes lugares em diferentes situações e em épocas diferentes. Aqui na Universidade de Brasília, já se tinha tudo certo, foi um problema quase de "arrumação de casa". Eu me lembro bem. Nós tínhamos aqui uns quinze cursos de Introdução à Economia. Até Medicina oferecia Introdução à Economia. Com a reforma, o curso passou a responsabilidade do Departamento de Economia, e nos trouxemos, de uma batelada só, um grupo muito bom de pessoas qualificadas para o Departamento. A reforma inspirou-se, em grande parte, no chamado modelo da Universidade de Brasília, que não tinha nada de modelo, e nem era da Universidade de Brasília. Esse sistema de escolas integradas no campus já existia em algumas universidades da Europa e praticamente em todas as universidades americanas. Mas não se podia implantar isso no curso de Direito da USP. Aqui a reforma não teve grandes influências, pois já havia condições para implantá-la. A "arrumação da casa" limitou-se ao reconhecimento de cursos, trazer bons professores, dar condições acadêmicas dignas de laboratórios, biblioteca, salários. Não traumatizou ninguém, funcionou e está funcionando.

CAMPUS — E sobre o conteúdo das disciplinas?

REITOR — A reforma não fala em conteúdo das disciplinas. Quem decide sobre o conteúdo da disciplina, em última análise é o professor. Você há de convir comigo que o curso de Comunicação dado no Rio, com o apoio do *Jornal do Brasil*, da *Rede Globo*, é muito diferente do mesmo curso de Comunicação, aprovado também pelo Conselho Federal de Educação, com o mesmo currículo, no Acre. É completamente diferente. Não se pode por num gabarito, o país inteiro, porque as realidades sociais e culturais são diferentes. E os currículos mínimos disciplinam coisas, quase que palavras. O bom professor, interessado no ensino, pode fazer sob esse rótulo o que ele quiser. A qualidade do ensino não é culpa da reforma. Não estou defendendo reforma nenhuma, mas não é lógico, racional, e muito menos justo, dizer-se que a má qualidade do ensino decorre da reforma. Ela é um simples pedaço de papel administrativo. Dele pode-se tomar conhecimento se quisermos.

CAMPUS — E o nível do ensino, aqui na UnB?

REITOR — Acho que o nível de ensino da Universidade de Brasília é bom, se analisado comparativamente com o restante do país. Mas comparar a UnB com a Universidade de Harvard provoca as maiores gargalhadas. A Universidade tem o peso cultural da sociedade. A experiência universitária no Brasil data de 1932. Todo mundo sabe que a primeira Universidade do Brasil foi criada para dar um título de Doutor Honoris Causa ao Rei Alberto, da Bélgica. Muitos anos depois começou a ser equacionada a antiga Universidade do Distrito Federal, do Anísio Teixeira, que também naufragou. A experiência universitária foi crescendo, crescendo, mas a realidade está aí, e um dia, é necessário arrumar a casa. E foi o que a reforma fez. Uma ordem administrativa.

CAMPUS — O Sr. acha que o nível do ensino superior do Brasil não é bom?

REITOR — Não tenho condição nenhuma de dizer isso. Acho que ninguém tem condições para dizer isso, porque mede-se a qualidade do ensino quando se vê o desempenho do aluno.

CAMPUS — O Sr. acha que o aluno é prejudicado pelo nível do ensino médio, que está decaindo?

REITOR — Não há a menor dúvida. Mas, não digo que o ensino médio esteja decaindo ou melhorando, porque depende do aspecto da questão que se quer analisar. Hoje em dia, é verdade, o sujeito tem mais informações. Mas se você pegar uma área específica, vai chegar à conclusão de que, hoje, os alunos têm uma formação muito pior do que a que tínhamos em nosso tempo. O sujeito tinha uma noção mais sedimentada das coisas. Pode-se dizer que, hoje em dia, a sociedade brasileira conta com maior número de pessoas qualificadas e informadas do que havia a há não sei quantos anos atrás. Mas isso é um fenômeno de natureza social, e não necessariamente influência da escola. Quando se descobriu, e descobriram tarde, que um dos mecanismos importantes da ascensão social é a instrução, todo mundo

quis ir para a escola. Não para aprender, mas para pegar um diploma.

CAMPUS — Por que foram criadas na UnB essas taxas, de requisição de documentos, mudança de opção, dupla opção...?

REITOR — Em primeiro lugar, eu gostaria de dizer que nem tudo que chateia o aluno aqui dentro da universidade é feito por minha iniciativa. Mas quanto vocês acham que custa um aluno? Você pode por, um pelo outro, na Universidade toda, de três a quatro mil cruzeiros por aluno, por mês. O que mais pesa no orçamento é o pessoal. Nós ainda estamos em fase de investimento. Hoje, por acaso, estamos abrindo a última concorrência grande da Universidade, que é a construção da Faculdade de Ciências da Saúde. Vamos gastar 200 milhões nesse negócio. Bem, as taxas têm dois intuitos. O primeiro refere-se ao orçamento, que não quer dizer nada para a universidade. O outro aspecto é o educativo. Os alunos já não estão procedendo da mesma forma. Antes faziam muitas requisições e nunca vinham buscar nada. E também um meio de obrigar o sujeito a saber o que vai acontecer com ele.

## "Alunos fora do processo regular é um estímulo ao analfabetismo"

CAMPUS — A ênfase que é dada ao ensino superior num país como o nosso, inclusive em termos de verba, não deveria passar ao primeiro e segundo graus, para uma melhor formação?

REITOR — Fora de dúvida. Não só no Brasil, mas em qualquer país, o que resolve todos os problemas é a educação formal. Nos seguintes termos: o sujeito atinge a idade escolar, ele tem que ir para a escola. Do contrário, o pai terá de se explicar por que não botou o filho na escola, sendo ela gratuita. Você há de convir que a educação formal acaba com o analfabetismo. Mas enquanto existirem alunos fora do processo regular, estará havendo simplesmente um estímulo ao analfabeto, porque criam-se perspectivas para o sujeito na época impropria, em que ele já tem inclusive compromissos de ordem familiar. A ênfase do processo educacional deve ser dada nos níveis iniciais. No dia em que tivermos uma boa escola de primeiro e segundo graus, nós teremos não só melhores alunos nas universidades, como também, menos alunos. Porque motivam-se os interesses, desinteressam, pendores, habilidades do sujeito, e ele sai desse esquema, quase latino, do indivíduo botar embaixo do braço o diploma e, pronto, já é doutor. Gastou o dinheiro da União, sem ter aprendido nada.

CAMPUS — Os professores brasileiros e estrangeiros estão mais ou menos equilibrados em número aqui na UnB?

REITOR — Não, de maneira alguma. Nós temos 760, professores e cerca de 90 a 100 são estrangeiros, sendo que a metade destes está radicada no Brasil. De 75 a 80% destes professores estão seguramente em dedicação exclusiva, porque há áreas mais profissionais, onde, inclusive, há interesse de que o professor trabalhe em tempo parcial. Quanto a salários, eu diria que a Universidade tem condições únicas, no Brasil. Não há dificuldades em se contratar professores, mas há dificuldades em se contratar alguns tipos de professores, com algumas especializações.

CAMPUS — A seu ver, quais são os maiores problemas da Universidade e, como saná-los?

REITOR — O maior problema da Universidade, hoje, é o Hospital de Sobradinho. Medicina é uma área em que se tem, também, de dar uma boa formação básica. Medicina não se ensina só no quadro negro. Não adianta querer dar uma aula de parto no quadro negro, porque o sujeito na hora em que for fazer um parto, vai dar um nó. Medicina precisa de um hospital. E quando a Universidade criou o curso de Medicina, como várias coisas feitas anteriormente, criou um curso de Medicina sem ter um curso de Biologia. Criou um curso de Medicina sem hospital. Um belo dia, o aluno precisa de doente. Cadê o doente? E surgiu a Hospital de Sobradinho. A Universidade assinou um contrato com a Fundação Hospitalar, contrato este expirado em outubro do ano passado, em decorrência do qual a Universidade tinha de fazer o seguinte: dar assistência a toda a população, por sua conta. Paga água, paga luz, paga medicamento, paga médico, paga enfermeira, paga tudo! O faturamento do INPS, a Universidade recolhe todo à FUDF, que aplica 50% desse faturamento no custeio da escola, na parte relativa ao material de consumo. Isso, produzido em números, quer dizer mais ou menos o seguinte: a Universidade de Brasília gastou com a Fundação, no Hospital de Sobradinho, no ano passado, em assistência médica, em números redondos, 60 milhões de cruzeiros. A Fundação Hospitalar ganhou da Universidade de Brasília, pela assistência médica que lhe afeta, da ordem de 10 milhões. É um grande negócio. Você veja Sobradinho. A Universidade baixou em Sobradinho, não tem mais doenças. A Universidade vacina, dá assistência à mulher grávida, faz exames nas pessoas que vão casar. Então, os problemas mais elucidativos da Medicina, Sobradinho não tem. Tanto que a Universidade abriu cerca de 10 postos de assistência médica, no Brasil inteiro.

CAMPUS — Em Sobradinho é feita a medicina preventiva?

REITOR — É. Tudo preventiva que não tem doentes.

CAMPUS — O aluno terá acesso aos postos criados fora de Brasília?

REITOR — Em princípio, acho que sim. Mas é preciso pensar na dificuldade disso. Porque se um aluno vai para Lábra, ele passa dois dias viajando. Mas temos médicos lá. Particularmente no local estão estudando os mecanismos da febre de Lábra.

A área de Medicina tem que ter uma certa amplitude de influência, maior do que tem. E esse problema não se resolve sem Hospital. Primeiro, ter um hospital na Universidade. Mas isso são erros do passado, que a Universidade, principalmente depois da vinda do Presidente Geisel, está em fase final de correção. Os outros problemas, talvez tão graves como este, terão equacionamento e melhoramento substancialmente, na medida em que se trouxer melhores professores.

# A UnB segundo Darcy Ribeiro

“A Universidade é,  
por definição,  
elitista.

É um útero  
dentro do qual  
as classes dirigentes  
se reproduzem”



Conseguir um depoimento para o Campus, daquele que coordenou os trabalhos de planejamento e criação da Universidade de Brasília, foi o nosso objetivo ao procurar Darcy Ribeiro. O ex-reitor da UnB contou fatos inéditos e falou dos propósitos com que planejou a UnB. Esta seria a universidade onde as intelectualidades formadas no nível superior poderiam, segundo ele, “aprimorar o seu discurso”. Assim, também as intelectualidades militar e clerical teriam, na UnB, um competente centro de pós-graduação. Esse propósito estaria vinculado ao de que a UnB cobrisse, pela primeira vez no Brasil, todos os campos do saber.

Hoje reomancista, depois de publicar diversos trabalhos científicos em vários países do mundo, Darcy Ribeiro parte agora para a edição de seu segundo romance. Segundo nos contou, a atividade de romancista lhe dá a oportunidade de trabalhar não só com realidades, mas também com utopias. E com maior autonomia para criar.

“A Universidade de Brasília não é uma criação minha. Ninguém pode criar uma instituição tão complexa, tão importante como uma universidade nacional. Eu tive, é certo, papel de coordenador dos trabalhos, mas muita gente ajudou, mais de cem pessoas. Porque 100, aproximadamente, era o número dos cooperadores de áreas, das pessoas que integravam os cooperadores de áreas, que projetaram vários aspectos.

Então, a Universidade deve ser atribuída a mais de uma centena de pessoas, e eu diria o seguinte: Em determinado momento, a partir de 1959, 1960 a criação da Universidade de Brasília era a proposição mais séria, mais ambiciosa, mais empolgante que se colocou diante de toda a intelectualidade do país.”

A mim, pessoalmente, a universidade foi proposta da seguinte forma: “Eu trabalhava com Juscelino Kubitschek, em algumas tarefas, fundamentalmente na redação dos capítulos de Educação, da mensagem presidencial. Nessa época eu dirigia o Setor de Pesquisas Educacionais do MEC junto com Anísio Teixeira. Era uma das pessoas mais ativas do Brasil com respeito à luta para uma orientação democrática na Lei de Diretrizes e Bases que se discutia no Congresso Nacional.

Em função desses vínculos, desse tipo de atividade, é que, em determinado momento se pensou que eu poderia ser, o que ocorreu depois, encarregado oficialmente de projetar uma universidade para Brasília.

## UMA COMISSÃO PARA O PROJETO

Um decreto de Juscelino criou uma comissão, da qual eu fui o presidente, para pensar uma universidade para Brasília. Os outros membros dessa comissão eram Oscar Niemeyer e Ciro dos Anjos, que era então o subchefe da Casa Civil.

Anteriormente a esse fato, houve toda uma série de debates, dos quais participei, em que também teve algum papel o Victor Nunes Leal, que era o Chefe da Casa Civil. Foi um debate muito profundo, muito sério, porque uma das pessoas mais importantes para a construção de Brasília, o engenheiro Israel Pinheiro, de fato o mestre-de-obra da cidade de Brasília, era totalmente contra a que Brasília tivesse duas presenças: a presença de operários e a presença de estudantes. Particularmente estudantes. Ele dizia que estudantes ali, perto dos órgãos de poder, dos órgãos de decisão

da República, tenderiam a ser um desastre.

Israel manteve essa posição durante muito tempo. Mesmo depois do decreto, depois de projetada a universidade, Israel continuou opondo resistências. A última resistência foi conceder, como terreno para sede da UnB, uma área a 6 quilômetros da cidade, que eu depois registrei como terreno para o Centro de Estudos de Tecnologia do Cerrado — para a base da Faculdade de Ciências Agrárias.

O propósito real era colocar a universidade lá, ou seja, colocar a universidade no cerrado para distanciar-la tanto quanto possível do centro da cidade, impedindo que Brasília tivesse um campus.

No momento em que saiu o decreto de Juscelino, essa discussão com Israel já estava de certa forma superada. Houve outros impedimentos posteriores. Por exemplo, em determinado momento a Igreja Católica, particularmente os Jesuítas, pressionou o presidente para que em Brasília fosse criada uma universidade Católica. Isso foi muito sério porque nessa ocasião Juscelino me chamou e disse que entre a Universidade que Dom Hélder pedia a ele e a Universidade que eu e os outros intelectuais pretendiam fazer, ele, como Pilatos, lavava as mãos. Eu conhecia bem o Juscelino. Lavar as mãos, naquele momento, significava que ele já tinha passado pro outro lado. Fiquei desesperado, naquele período, procurando um modo de enfrentar esse problema que era extremamente difícil. O modo que eu encontrei de enfrentar foi procurar um pacto, uma aliança com os Dominicanos. Dominicanos são “cães de Deus” — Domini cani. E são uns cães sobretudo de luta feroz com os jesuítas. E a luta secular. E eu fui procurar os dominicanos, tentando ganhá-los para o argumento de que o Brasil tinha oito universidades católicas que formavam farmacêuticos, médicos, mas não formavam teólogos. Eu propunha a ele, nada menos que a primeira Universidade nacional, oficial do Estado, fosse a primeira universidade Federal que abrigava um Instituto de Teologia Católica. Fiz então um tratado com o Frei Mateus Rocha, que era Geral dos Dominicanos. Ele foi a Roma e junto com o papa Branco, chamado o Papa dos Dominicanos, visitou o Papa João XXIII, que mandou as obras dele completas, com dedicatórias, que devem estar na Universidade de Brasília, e a instrução, para os padres aqui, para que não

insistissem na criação de uma Universidade Católica.

## UMA UNIVERSIDADE PARA TRÊS INTELECTUALIDADES

A idéia que eu tinha na época era a de que a universidade deveria ser a pós-graduação de todos os setores eruditos, acadêmicos, do país. E se há um setor acadêmico erudito, é o religioso. A Teologia estava na universidade antes da ciência. Ela pode permanecer nela, desde que não entre como dona. Então, esse tratado com Frei Mateus, era na base de um princípio de não-duplicação que orientava a universidade. A universidade não pode ensinar uma Sociologia Católica, uma Filosofia Católica, uma Antropologia Católica. Um Instituto formaria todos esses cursos nos departamentos adequados. Mas os Institutos nossos não dariam também Filosofia Tomista, Teodiceia, ou matérias teológicas, que seriam campos do Instituto de Teologia. A criação desse Instituto veio se realizar mais tarde. Em função disso o Frei Mateus chegou a ser o vice-Reitor da Universidade, e durante uma certa época foi reitor da UnB, substituindo a mim quando eu estava no Ministério da Educação.

O Frei Mateus Rocha incumbiu Oscar Niemeyer a fazer o prédio do Instituto de Teologia. A edificação do Instituto compreenderia a Igreja, e seria dos mais belos. A Igreja seria a mais bela de Brasília. Frei Mateus se desenganou muito porque houve toda uma ajuda internacional para criar esse Instituto de Teologia, que estaria aberto a todos os sacerdotes formados no Brasil, que iriam a Brasília para completar sua formação no plano doutoral. Então, pela primeira vez se iria elevar os estudos teológicos brasileiros a um nível muito mais alto. Para mostrar o quanto eu estava certo, em 64, dos oito Institutos de Ciência que eu criei na UnB, todos ficaram lá, permaneceram lá. Não foi fechado nenhum, mas foi fechado o Instituto de Teologia Católica. Ou seja, a presença da Igreja provocou essa odiosidade.

Eu propunha também que a Marinha, o Exército e a Aeronáutica tivessem seus cursos de pós-graduação lá dentro da Universidade. O que eu queria, é que a UnB fosse aquele centro em que todas as intelectualidades se comunicassem. Segundo o meu pensamento, uma das coisas que atrapalham o destino desse país, e também daqueles países subdesenvolvidos que conheço, é o conflito

entre três intelectualidades formadas num terceiro nível, o nível superior: a nossa, universitária; a intelectualidade clerical, formada em seminários e institutos de Teologia; e a intelectualidade militar, que também é de nível superior. O fato de que cada uma delas tenha um discurso, e que este discurso não se interdefina, e que estejam em conflito, tem causado muita desgraça a seus países e muita tristeza a seus povos. Uma universidade das pretensões que eu tinha na UnB — longínqua pretensão — faria que Brasília fosse o lugar onde essas três intelectualidades unificassem seu discurso, e assumissem responsabilidades frente a uma coisa mais importante do destino nacional, que é o povo.

A universidade é por definição elitista, é por definição um útero, dentro do qual as classes dirigentes se reproduzem. Ela, apesar do seu caráter, apesar da sua destinação elitista, de um órgão qualificador de pessoas, um órgão que faz com que o estudante que entre na universidade deixe de ser povo, passa a ser gente especial, qualificada, privilegiada... A universidade só pode compensar esse caráter elitista inerente a ela, se aliar-se a esse povo que ficou lá fora, se ela não é gerida por interesses privatistas, sejam interesses empresariais, sejam interesses setoriais de grupos de poder, se ela está voltada para os interesses nacionais — que era o destino da Universidade de Brasília, e vai ser.

Voltando agora à UnB. Há algum tempo atrás e eu passei por Brasília à tarde, e tive a emoção de visitar a UnB. Eu saí do aeroporto com um carro. Sabia que era férias, que não havia possibilidade de ser reconhecido por ninguém, que eu podia dar uma volta pelo campus. Então, com o próprio taxi, acompanhado por um amigo, dei a volta por toda a universidade. Quando eu vi aquela maravilha que é o Minhocão me deu uma alegria muito grande. Quando eu subi a rampa do Minhocão e da rampa olhei no sentido do Lago, a graça que tem aquela rampa, a beleza, as dimensões do edifício...

As primeiras imagens do Minhocão, ainda com as primeiras colunas levantadas, fizeram com que o Marechal Tito,

Continua na página 11

quando esteve em Brasília, me perguntasse: Como é que o senhor consegue que os arquitetos não façam bolos de noiva? Os meus só fazem bolo de noiva. Eu disse a ele, então, que os nossos arquitetos já fizeram palácios demais, que aqui eles podem fazer as casas da simplicidade.

#### A NECESSIDADE DE FAZER BRASÍLIA UM NÚCLEO CULTURAL

Brasília é o fruto mais maduro da cultura Rio. Foram necessários séculos de acumulação cultural no Rio, para que se produzisse Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, por exemplo. Tendo Lúcio Costa e Niemeyer, Brasília não foi um fiasco. Imaginem, Brasília foi um êxito político total. Quando Juscelino começou a fazer Brasília, ele recebeu o apoio imediato de São Paulo, de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul, do Amazonas, porque o país todo estava cheio, cansado dessa dominação do Rio de Janeiro, e da captação de recursos do país inteiro para concentrar no Rio.

O país queria ser e sentia que seria muito mais se a sua capital estivesse interiorizada. Então houve um apoio muito grande. E esse apoio significa que Dutra podia ter feito Brasília, ou Castello. Vocês já imaginaram que horror que seria Brasília no estilo do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro? Seria um

“A Universidade, por sua destinação elitista, por ser um órgão qualificador de pessoas, faz com que o estudante que entre nela deixe de ser povo e passe a ser gente especial, qualificada e privilegiada. Ela só pode compensar esse caráter elitista se aliar-se ao povão que ficou lá fora, se não for gerida por interesses privatistas - empresariais ou de grupos de poder - se estiver voltada para os interesses nacionais, que era o destino da UnB, e vai ser”.

fiasco tremendo. O que salvou Brasília foi Juscelino, a veia de Lúcio Costa e Niemeyer na cultura brasileira, e haver gente com visão, capaz de chamá-los para construir Brasília.

Mas o problema que nós tínhamos naquele momento era o seguinte: Como conseguir que Brasília fosse capaz, amanhã, de reproduzir-se a si mesma? De produzir coisas de tal grandeza? Só fazendo de Brasília um núcleo cultural. O que se tinha de fazer rapidamente e artificialmente.

Então, em primeiro lugar, Brasília precisava ser um núcleo cultural criativo, à altura do que o Brasil pede de sua cidade capital, de sua cidade líder. Então, uma universidade teria que dar ênfase a esse pensamento. Eu tinha ajudado a projetar o ensino primário e secundário em Brasília. Fora incumbido de projetar um ensino superior, cujo propósito era criar uma massa crítica, de concentração cultural, levando gente para lá que representasse tanto quanto possível uma garantia de que Brasília amadurecesse rapidamente como centro cultural florescente e livre. O primeiro propósito era dar categoria intelectual a nova capital.

O segundo propósito, relacionado com esse, era o seguinte: Numa cidade como o Rio de Janeiro, o Governo tem uma as-

sessoria indireta imensa. Qualquer funcionário do Judiciário, Legislativo ou qualquer executivo pode, ao telefone, encontrar um dos grandes especialistas do mundo em percevejo ou em helicóptero, que numa cidade como o Rio ou São Paulo, você encontra. Mas na macega de Goiás, o que você encontra? Encontra é percevejo mesmo.

Como conseguir, na macega de Goiás, ter especialistas nos vários campos do saber humano, capazes de assessorar adequadamente o poder, às vezes, chamado a tomar deliberações urgentes? Só em uma universidade, uma “pan-universidade”, que cobre um campo tão amplo do saber que pode, eventualmente, ter experiência em todos os campos. Que existam estudiosos independentes cultivando seu campo de saber. E portanto, capacitados a dar uma opinião não desinteressada, porque estão voltada para o povo, mas a opinião de um homem livre, exercendo seu papel.

Assim, um segundo propósito ao criar a Universidade de Brasília seria esse de prover a grande assessoria que a capital do Brasil precisava para que ela pudesse se exercer como tal. A assessoria devia ter as duas qualidades fundamentais: uma alta qualificação científica aliada a uma completa liberdade e autonomia.

Um terceiro propósito da UnB, extraordinariamente importante para nós,



“O engenheiro Israel Pinheiro, de fato o Mestre-de-Obras da cidade de Brasília, era totalmente contra a que Brasília tivesse duas presenças: a de operários e a de estudantes.

Particularmente estudantes.

Ele dizia que estudantes ali, perto dos órgãos de poder, dos órgãos de decisão da República, tenderiam a ser um desastre”

### Uma Universidade e seus Vários Dirigentes

Com o afastamento de Darcy Ribeiro para chefiar o gabinete Civil da Presidência, foi convocado no dia 19 de junho de 1963 para a Reitoria da UnB o professor Anísio Teixeira. Ele era membro do Conselho Diretor da Fundação da Universidade de Brasília e no dia 13 de abril foi afastado da reitoria. Nesse período, Teixeira presenciou sucessivas greves, ora de instrutores, ora de servidores e operários de obras da UnB.

Com a Revolução de 31 de março de 1964, a Universidade sofreu intervenção. O professor Anísio Teixeira foi afastado e Zeferino Vaz, depois reitor da Universidade de Campinas, nomeado para seu posto.

Durante a gestão de Zeferino Vaz, visitou a UnB o estadista francês, Charles De Gaulle, que recebeu o título de doutor honoris causa e teve uma discussão com os estudantes. O afastamento de Zeferino iniciou-se com a demissão do professor de filosofia Ernani Maria Fiori, que era acusado de ter pertencido ao grupo de Leonel Brizola.

No período de 2 de setembro de 1965 a 3 de novembro de 1967 — «a fase mais difícil da UnB» — permaneceu no cargo de reitor o professor Laerte Ramos de Carvalho, catedrático de filosofia da Universidade de São Paulo. Foi um período de greves constantes e uma grande quantidade de professores afastou-se; foram demitidos ou demitiram-se em solidariedade aos colegas.

No dia 3 de novembro de 67, sai Laerte Ramos de Carvalho e o Conselho Diretor da Fundação da UnB elege o professor Caio Benjamin Dias, catedrático da Universidade Federal de Minas Gerais para o cargo de reitor. Este foi responsável, junto com o Ph.D em física José Carlos de Azevedo, pela elaboração de um novo estatuto e do Regimento Geral da UnB.

Como seus antecessores, Benjamin Dias também enfrentou crises internas, que culminaram com a ocupação do campus universitário pela Polícia Civil e Militar do DF. A crise mais grave, segundo um professor que trabalha ainda na UnB foi deflagrada pelas denúncias do professor Ricardo Romam Blanco, que «acusava todos os historiadores brasileiros de incompetentes», além de se terem «apropriado indebitamente de documentos históricos existentes na Igreja de Nossa Senhora do Carmo, em Santos». A FEUB deu prazo de um mês para o reitor dispensar Blanco. Como Dias não aceitou a intimação, houve, em sala de aula, um conflito sério com Romam Blanco.

Convocado pelo governador Rondon Pacheco para ocupar a Secretaria de Educação de Minas Gerais, Benjamin Dias foi substituído pelo professor Amadeu Cury, também membro do Conselho Diretor da UnB. Este reitor, o único a permanecer no cargo durante 5 anos — de 71 a 76 — teve um mandato calmo, sem crises de muita relevância. Mas foi durante sua gestão, mais precisamente no final dela, que começou a reviver o movimento estudantil, paralisado desde 1968, que tomou corpo já no mandato do atual reitor, José Carlos de Azevedo, que, de acordo com a Lei 5.540, permanecerá no cargo durante 4 anos.

era o de que ela cobrisse, pela primeira vez, todos os campos do saber. É incrível, mas ainda nos anos 60, no Brasil, você não podia dizer de nenhuma universidade que ela tivesse coberto todos os campos do saber e que ela tivesse esses campos integrados numa estrutura interfundante. Você tinha no Brasil uma Bioquímica excelente, numa universidade em que a Biologia e a Química eram péssimas.

No momento em que Brasília formulou a sua utopia como universidade, nesse momento, no país inteiro começou uma crítica profunda às universidades existentes. Tornou-se claro que era impossível manter uma situação de domínio feudal, em que um catedrático, porque fez um dia uma figuração num concurso era dono, até à morte, de um campo do saber e podia colocar aí a assistente mais simpática, ou o assistente mais servil, e fazer deles seus sucessores.

Nesse momento, o país inteiro percebeu que era preciso passar a limpo a universidade Brasileira, que tinha chegado a um ponto em que era insustentável defendê-la. A UnB foi criada para passar a limpo essa universidade, e atuar com um efeito multiplicador, até que todas as universidades nacionais fossem reformuladas.

# Universidade de Brasília

«Fica o Poder Executivo autorizado a instituir, sob a denominação de Fundação Universidade de Brasília, uma fundação que se regerá por estatutos aprovados por decreto do Presidente do Conselho de Ministros».

Este é o primeiro parágrafo da Lei 3.998, de 15 de dezembro de 1961, que deu ao Presidente da República João Goulart autorização para instituir a Fundação Universidade de Brasília, entidade que criou e mantém a UnB, o que se fez com o Decreto 500, de 15 de janeiro de 1962.

Da Comissão que estruturou a universidade, faziam parte nomes como os de Pedro Calmon, Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro.

A Universidade começa a funcionar com os cursos de Arquitetura, Direito, Administração, Economia e Letras, em 6-01-62. Junta-se a estes Pedagogia, em 2-4-62. Desse tempo, apenas dois professores ainda permanecem.

A dotação inicial da Fundação Universidade de Brasília, para formação de seu patrimônio foi de um bilhão de cruzeiros. Ainda hoje a verba destinada a FUB para sustento e manutenção da UnB, vem da União, através do MEC. A obtenção dessa verba começa com um orçamento interno da FUB, que é submetido ao MEC. Feitas as correções necessárias, a verba é aprovada. Existem ainda aproximadamente 215 convênios em execução. Esses convênios são firmados a partir de uma necessidade constatada normalmente pelo próprio departamento, que se encarregará de iniciar o processo com o órgão a formar convênio com a universidade.

Hoje, após 16 anos de funcionamento, a UnB oferece cursos de graduação em 126 habilitações, 22 cursos de mestrado e um de doutorado. O *campus* tem um total de 395,2 hectares divididos em três áreas: as faculdades integradas, o Centro Desportivo, e a Estação Experimental de Biologia.

Pertencem ainda à UnB 2.680 hectares no setor Sul do Plano Piloto, onde está a Fazenda Experimental de água Limpa e, uma outra, que foi construída para dar suporte ao Hospital de Sobradinho.

Água Limpa é utilizada pelos cursos de Ecologia, Engenharias Agrônoma e Florestal, prevendo para breve o aproveitamento pelos cursos de Biologia Vegetal, Animal e de Engenharia Civil. Com a aquisição da fazenda, a utilização dos núcleos rurais decresceu. Estes núcleos são centros de chácaras pertencentes à Fundação Zootécnica do DF, arrendados pela universidade mediante convênio.

O Hospital de Sobradinho, pertencente à Fundação Hospital do DF, é totalmente operado pela UnB, atendendo a uma população de 60.000 habitantes. Nisso reside sua maior dificuldade, pois sua capacidade é apenas para um terço do atendimento atual.

A Biblioteca Central registra 350.000 volumes e 6.566 publicações periódicas. Tem adquirido importantes bibliotecas particulares. Mantém convênios com diversos organismos, como FORD, EMBRAPA, CNPq. Entre suas obras, preciosos documentos como Manuscritos Medievais Portugueses, Diálogos de São Gregório

compõem suas obras raras. Possui Coleções Especiais, Coleção de Estudos Portugueses, Coleção de Estudos Clássicos.

## ESTRUTURA ACADÊMICA E ADMINISTRATIVA

A FUB é presidida por um Conselho Diretor, composto por oito pessoas, entre os quais o Reitor. Segue-lhe o Conselho Universitário, responsável pela política universitária e para o qual o aluno terá de dirigir-se no caso de precisar entrar com algum recurso.

Para as deliberações em matéria de ensino, pesquisa e extensão, existe um Conselho de Ensino e Pesquisa.

Em linha vertical, temos a Reitoria, Vice-Reitoria, Decanatos e Diretorias. Numa linha horizontal, os decanatos atendem à área de meios (Decanato de Administração e Finanças e o de Assuntos Comunitários) e a área de fins (Decanato de Ensino de Graduação, de Pesquisa e Pós-Graduação e o de Extensão).

Três órgãos, chamados de suplementares, complementam a estrutura administrativa da FUB: a Biblioteca Central, o Centro de Processamento de Dados e a Editora Universidade de Brasília.

A responsabilidade na coordenação didático-científico cabe às Congregações de Carreira.

São 35 cursos de Graduação que a universidade oferece. Para cada um deles há um primeiro ciclo geral e o ciclo profissional. Esses cursos são distribuídos para o aluno, em duas áreas, de Humanidades e de Ciência. Destes, 4 cursos ainda não foram reconhecidos.

O aluno da UnB tem, como medida de avaliação de desempenho, o MGA, Média Global Acumulada, calculada a partir das menções obtidas. O sistema adotado para o controle de integralização curricular é o de créditos.

## OS DECANATOS

No Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação as atividades de investigação sofreram um aumento, apesar dos embaraços causados pela crise, segundo o Relatório Anual da FUB. Foram 750 trabalhos, entre os publicados e os comprovadamente aceitos para publicação, em 77. Outros 496 trabalhos foram relacionados, por departamento. Entre esses não foram incluídos as 116 teses defendidas durante o ano.

Os maiores problemas, com relação aos cursos de pós-graduação, estão nos Departamentos de Física, Comunicação e Arquitetura que, até hoje, não conseguiram manter um corpo docente estável e nunciaram em número suficiente para atender as necessidades dos cursos. Uma média de 10 alunos são admitidos anualmente por curso, um número que foi reduzido nestes três, por falta de professores qualificados.

A Biologia Vegetal mostra a maior produção de trabalhos publicados no ano passado, com 55 trabalhos, enquanto que Ciência Política e Relações Internacionais foi o departamento que menos produziu publicamente somente quatro trabalhos.

O Núcleo de Medicina Tropical dispõe de laboratórios para pesquisas tropicais, com ênfase em pesquisas sobre esquistossomose, Nutrição e Doenças de Chagas, mantendo contato por rádio com diversas áreas endêmicas do nordeste e Goiás. O Núcleo oferece mestrado e cogita da instalação de um museu de medicina tropical.

No Departamento de Biologia Celular, o Laboratório de Microscopia Eletrônica, dotado de um microscópio eletrônico de alta resolução, desenvolve pesquisa em várias áreas, como virologia vegetal e humana, anatomia vegetal, entomologia, parasitologia, hematologia, imunologia e outros.

Para as aulas práticas de pesquisa, a universidade mantém uma população média de

quatro mil animais, numa área de 2.700 metros quadrados.

Na Pós-Graduação, a universidade oferece 22 mestrados e um doutorado, em matemática. Estão em estudos as providências para que ainda este ano Economia tenha doutorado.

A maior preocupação do Decanato de Ensino de Graduação é a de estudar, reformular currículos e, também, a implantação e criação de novas habilitações.

Em 1977, foram reconhecidos os cursos de Relações Internacionais e Educação Física. Os currículos de Matemática e Arquitetura foram reformulados. Estão em fase de estudo, também para reformulação, os de Medicina, as Engenharias, Processamento de Dados, Biblioteconomia e o Bacharelado em Ciências. Os cursos que ainda não foram aprovados são os de Engenharia Florestal, Estudos Sociais, Enfermagem, Nutrição e Ciências Contábeis.

Dos 749 professores que formam o corpo docente de 77, 68% trabalham em regime de dedicação integral. Apenas 3% são Auxiliares de Ensino.

Segundo o Relatório Anual de 77, o Decanato de Extensão teve seu ritmo arrefecido, em consequência da crise que a universidade enfrentou. Mesmo assim, entre cursos, simpósios, conferências e seminários, de 72 promoções participaram 2.888 alunos. Dessas atividades, uma não mereceu a mesma repercussão das demais, devido a uma lamentável falha. A exposição do cineasta francês Robes Grillet, não teve tradução o simultânea o que provocou a retirada de quase todos os interessados.

Ligado ao Decanato de Extensão está o *Campus Avançado* do Médico Araguaia, firmado de um convênio entre as Fundações Universidade de Brasília e Projeto Rondon. E oriundo do Programa de Apoio a Instituições de Ensino Superior de Projeto Rondon que gerou um subprograma chamado *Campi Avançados*. Este subprograma é sempre implantado em áreas carentes, mas possíveis pólos de desenvolvimento. O Projeto Rondon financia o projeto a ser implantado e a universidade entra com a mão-de-obra, entre técnicos, estagiários e pesquisadores que beneficiam a comunicação com novas expectativas sócio-econômicas.

Os cursos de maior atividade no *Campus* são Medicina, Odontologia (de Diamantina) e os ligados a Educação. Por sua vez, Ecologia, Medicina Sociologia, Antropologia, Geologia e Música (folclore) são os de maior desempenho na pesquisa. O período de 70 a 78, desenvolveram atividades no *Campus* 1.945 participantes, entre acadêmicos, professores e funcionários administrativos, com uma média anual de 290 estagiários.

Atendida pelo Decanato de Assuntos Comunitários, a Creche da Universidade de Brasília, CREUnB, recebeu 49 crianças, entre filhos de professores, funcionários e alunos, apesar de suas inúmeras deficiências. Seu problema de instalações é grave, embora seja modelo internacional, como afirma o Decano Prof. Luis Otávio Moraes de Souza Carmo. Explica o decano, ainda, que a CREUnB deveria oferecer um mínimo de 70 vagas e que deveriam ser feitos estudos para atender aos funcionários, adequadamente. Ou seja, a Creche deveria operar, não só, no local do trabalho, mas também dentro das áreas em que fossem levantadas as maiores concentrações de moradias de funcionários.

O Restaurante Universitário, também pertencente ao Decanato de Assuntos Comunitários tem subvenção do MEC. O aluno paga pouco mais de um terço da refeição, isto de acordo com estudos feitos previamente pela universidade. Elaborado um estudo pelo decanato, o Reitor propõe ao MEC uma série de variações sobre o preço da refeição e o Ministério aprova uma das alter-

nativas. Este ano, o aumento foi de 25%. Para o prof. Luis Otávio, o RU é o mais caro restaurante universitário, mas também o melhor. E o decanato nunca recebeu uma só queixa sobre a qualidade da alimentação servida.

O prof. Luis Otávio contou-nos que, diariamente são jogados fora 800 kg de comida sólida, o que corresponderia a aproximadamente 400 refeições. Isso advém do mau uso do restaurante. Pretende-se começar uma campanha de educação alimentar, para que os usuários do restaurante não desperdicem o alimento deixado no prato, servindo-se a mais ou repetindo a refeição inúmeras vezes.

Ainda ligada ao decanato, está a Diretoria de Assuntos Comunitários, que presta vários serviços à comunidade estudantil, através do MTR (Serviço de Orientação e Mercado de Trabalho), do SEC (Serviço de Apoio Cultural), do SPP (Serviço de Proteção ao Patrimônio) e mantém também um serviço de alimentação, responsável pelo Restaurante Universitário.

O MTR cuida do alojamento, estágio extracurricular, bolsa de trabalho, atendimento para abatimento da taxa do vestibular e ainda pelos serviços de terceiros instalados no *campus*, como as bancas de jornais, barbearia, lavanderia, xerox, foto e lanchonetes. Para estes órgãos que servem a universidade será constituído um Centro Comunitário, na área central do *campus*, já em fase final de elaboração.

O Decanato deve como atividade de maior destaque no ano de 77, a Comissão de Inquérito formada com a finalidade de apurar as responsabilidades na crise que culminou com a expulsão e suspensão de diversos alunos. Para o Decano Luis Otávio, não teria havido nem mesmo as 16 primeiras punições, que gerou toda a crise, se naquele dia 19 de maio, Dia Nacional da Luta, as manifestações tivessem se restringido à Praça Edson Luis, chamada por ele de Praça da Cultura, como ocorreu em todas as outras capitais.

O Decanato de Administração e Finanças é responsável por todo o procedimento administrativo, que funciona em computador. O aluno tem, portanto, todo o seu registro acadêmico, desde o vestibular, até a formatura, feito nos computadores B-6700 e IBM-1130, este último, o Galileu, vinculado ao vestibular.

E também responsável pelas contas da FUB e pela Editora Universidade de Brasília.

A Diretoria de Engenharia, vinculada ao Decanato, entregou em 77, 396 apartamentos na SQN 206, em convênio com a Caixa Econômica Federal, elevando seu patrimônio para 390 apartamentos. Uma parcela deles foi entregue à CEF para saldar a dívida.

## INTEGRAÇÃO

Procurando uma maior integração à comunidade brasileira, a universidade procura prestar serviços à cidade.

Sob o aspecto cultural, o Departamento de Música é dos mais ativos, tendo, as quintas-feiras, uma programação em seu auditório, junto à faculdade.

O Departamento de Psicologia, por sua vez, oferece um amplo atendimento psicológico em diversas áreas, através da Clínica Experimental que funciona no próprio departamento.

Do lado desse positivo desempenho acadêmico-comunitário, a UnB procura se recuperar das diversas crises que vem alterando a vida universitária. A última, que sacudiu a universidade, no último ano, com força imprevisível, acabou fazendo com que setores ligados a administração tenham registrado um bom funcionamento em meio a problemas que vão desde a matrícula, até a falta de professores e currículos inadequados, entre outros mais graves, sequelas da crise que ainda não passou.

A *Folha de São Paulo* foi o jornal que publicou o maior número de matérias sobre ensino universitário, no período que vai de 28 de março a 28 de abril deste ano, atingindo um total de 75 matérias. Este foi um dos resultados a que chegaram alunos da disciplina Técnicas de Jornal e Periódico, em pesquisa que realizaram durante 1 mês sobre a publicação de matérias a respeito de ensino superior no Brasil em um jornal do Rio, um de Brasília e outro de São Paulo.

De acordo com a pesquisa, o segundo lugar ficou com o *Jornal do Brasil*, que publicou 70 matérias mas ganhou em número de fotos: 14 fotografias em um mês, contra 7 da *Folha de São Paulo*. O *Jornal de Brasília* ficou em terceiro lugar com suas 46 matérias e 4 fotos. Fotografias de conjunto de pessoas, na maioria de estudantes, foram as mais publicadas nos três jornais analisados.

# A Universidade nos jornais

Alunos de

TJP I realizam pesquisa

referente à publicação de matéria

nos jornais sobre

o ensino universitário

A pesquisa também revelou que publicações sobre ensino superior no Brasil têm como principal fonte de notícia os alunos e os professores. Das 75 matérias publicadas no mês pela *Folha de São Paulo*, 67% tinham como fonte alunos e professores. Das 70 matérias publicadas pelo *Jornal do Brasil*, 52% eram de fonte não oficial. E das 43 matérias do *Jornal de Brasília*, 53% vinham de alunos ou de professores.

Um dado curioso: neste mês em que foram analisados os três jornais, apenas o *Jornal do Brasil* publicou um editorial sobre o assunto, elogiando a gestão do reitor Zeferino Vaz na Unicamp. A *Folha de São Paulo* publicou 2 matérias de análise e o *JB* e o *Jornal de Brasília* apenas uma. É interessante notar que as matérias de análise limitaram-se apenas a descrever a situação de uma universidade ou de uma região em particular, nunca abordando criticamente o problema do ensino superior no Brasil como um todo.

# Universidades Públicas e Particulares de Brasília

"30.500 estudantes universitários existentes em Brasília são atendidos por vários centros de ensino superior, sendo a UnB a única entidade pública"

Brasília tem aproximadamente 30.500 universitários, distribuídos por seis centros de ensino superior. Apenas a Universidade de Brasília (UnB) é pública. A associação de Ensino Unificado do Distrito Federal (AEUDF), a Faculdade Católica de Ciências Humanas (UPIS), a Faculdade de Integração Social (UPIS), a Faculdade de Educação Física D. Bosco e o Centro de Ensino Unificado de Brasília (CEUB) são mantidos por entidades privadas e abrigam 71,8% da população universitária da cidade.

## HORÁRIO

A disponibilidade de horário e a condição própria ou familiar de manutenção do estudante, durante sua permanência na universidade, são vistas pela maioria das pessoas consultadas como as principais razões da definição do problema de onde estudar. Os cursos da UnB somente são oferecidos durante o dia. Por esta razão, "o aluno da UnB trabalha em horário flexível, ou não trabalha. Quem precisa trabalhar pra se manter é obrigado a ir pra universidade noturna particular" — declarou Nilton Ferreira dos Santos, professor de Direito da AEUDF.

"A maior parte dos alunos das universidades particulares já tem profissão definida e vem com o objetivo de melhorar sua situação profissional. Eu os chamo de 'sacrificados', porque vêm cansados, com fome, depois de um dia de trabalho. Acho que isso, porém, não interfere no nível do curso que oferecemos a eles. Interfere no aproveitamento, é claro", conclui o professor Nilton.

## UNIVERSIDADE FEDERAL

Para Stella Gadella, aluna de Comunicação da UnB, "a universidade federal é elitista. Passar no vestibular aqui é mais difícil, porque é maior a concorrência. Quem passa tem que ter um nível mais elevado, já que teve tempo e condição para estudar anteriormente. Nós não somos mais capacitados, mas temos condições de ser".

Na opinião de muitos, não se justifica o fato do

aluno da universidade pública possuir mais alta cotação no mercado de trabalho... quando formado, apenas pela expectativa de melhor desempenho profissional. É o caso, por exemplo, de um aluno do CEUB, para quem, "o aluno da universidade pública está totalmente desvinculado do processo produtivo do país. São uns alienados que fazem parte da burguesia nacional. Estão por fora de tudo que acontece realmente no país e, por isso, estão cheios de teorias políticas".

## PROFESSORES

Todas as escolas superiores de Brasília ressaltam o rigor aplicado na seleção de seus professores. "Também, as exigências do Conselho Federal da Educação são tão grandes que, dificilmente, o professor pode ser de baixa categoria", conforme afirmou Nelson Sampaio, assessor da secretaria da UPIs. Para a contratação de professores titulares, o CFE exige especialização, em grau de doutor ou mestre. Entretanto, o magistério de qualquer centro de ensino superior é exercido por 2 tipos de professores — além do professor responsável ou titular de cada matéria, um professor adjunto ou auxiliar. Apenas os titulares são submetidos à aprovação do CFE, e os auxiliares — que compõem a grande maioria do corpo docente — são admitidos pela escola, por indicação de departamentos, e encaminhados para aprovação à diretoria ou reitoria das universidades.

## TAXAS

Um aluno de Ciências Contábeis do CEUB acha que "a universidade particular tem que cobrar taxas dos alunos. Afinal, ela é uma empresa que visa lucros. Embora vindo de encontro às normas legais, que não permitem esta visão empresarial do ensino, esta parece ser a justificativa encontrada por quase totalidade das pessoas consultadas a respeito da questão. Todos reconhecem os elevados custos e, em geral, não reclamam das mensalidades e taxas.

Estudar na Católica custa mil e quinhentos cruzeiros de matrícula e mensalidade a partir de quinhentos cruzeiros. Neste preço estão incluídas taxas para o Diretório Acadêmico e para o Banco do Livro, o que significa que o aluno terá todos os livros que precisar, a título de empréstimo, enquanto durar o semestre. Na UPIs a taxa de matrícula, também incluindo carteira de estudante e apostilas, é de duzentos cruzeiros. A mensalidade, em número de dez por ano, é de setecentos cruzeiros fixos. O aluno da AEUDF paga sessenta cruzeiros por ano ao Diretório e, fazendo uma média de quatro disciplinas por semestre, fica com uma mensalidade de mais ou menos oitocentos cruzeiros. No CEUB o aluno paga uma taxa que varia de acordo com o número de créditos completados no semestre. Um estudante de Direito, que faz vinte créditos, paga mil e quinhentos cruzeiros de taxa e mensalidade de seiscentos e oitenta cruzeiros. Justificando o preço com o fato de que "bons professores têm que ser bem remunerados", o vice-diretor da D. Bosco, Padre Augusto Duarte Cabral, revelou que cada aluno faz em média dezoito créditos por semestre, o que perfaz uma média de cinco mil cruzeiros por semestre. Todo o material é por conta do aluno.

Todas as universidades cobram alguma espécie de taxa por documentos fornecidos aos estudantes, inclusive a UnB. Para uma aluna da UnB ouvida sobre o assunto "as taxas que somos obrigados a pagar não têm esclarecidos os seus destinos. Se fossem usadas para uma melhoria das condições dos estudantes necessitados e de outros serviços prestados pela universidade, valeria a pena e haveria uma razão de ser".

# Informe do Campus

## Correspondência

Dar apoio a qualquer novo autor do Brasil é a proposta da União Paranaense de Estudantes ao reconstruir o movimento de iniciação literária e ao editar o jornal *Argumento*, destinado à divulgação de novos autores e à informação literária. A UPES, em sua gestão independente 77/78, coloca-se a disposição de novos autores, avisando que tem stencil, mimeógrafo e papel para ceder. O endereço é Caixa Postal 2246, CEP 80.000 - Curitiba, Paraná.

## Assinatura

Os interessados em assinar os "cadernos de Comunicação Proal" podem escrever para a Rua Chui 137, CEP 04104, São Paulo - (SP).

Teoria e Prática-Comunicação, editada pelo departamento de jornalismo da Bloch Editores, com o apoio da escola de comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, é uma revista que pretende registrar a prática e a teoria da experiência brasileira em comunicação, e pode ser assinada através de pedido à Rua do Russel, 804 - 8º andar, no Rio de Janeiro - (RJ).

## Jornais e Boletins

O *Campus* recebe mensalmente vários jornais, boletins e publicações oficiais. Dentre eles, *Órgão Oficial do Instituto Superior del Valle de Atamajac de Guadalajara*, no México; *Boletim informativo da Universidade Católica do Paraná*, em Curitiba.

Também são enviados os jornais *De Fato*, de Belo Horizonte; *Correio de Uberlândia*, de Uberlândia; *Jornal dos Transportes*, de Brasília; *Libertar de grupos cristãos de base*, de Lisboa, Portugal; *Argumento*, da União Paranaense de Estudantes, de Curitiba; *Jornal de Plásticos*, de Niterói, Rio de Janeiro;

Entre boletins e revistas, o *Campus* recebe o *Boletim da Universidade do Estado do Rio de Janeiro*, do Rio de Janeiro; *Scala*, revista da República Federal da Alemanha; e o jornal *Laboratório do Curso de Comunicação Social da Universidade do Vale do Rio dos Sinos*, de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul.

## Nota da Redação

Nós, do Departamento de Comunicação da Universidade de Brasília, sabemos o quanto é difícil editar um jornal-Laboratório, e por isso nos solidarizamos com os colegas dos jornais *Argumento* e *Enfoque*, oferecendo nossa colaboração no que for possível, e esperando continuar a receber exemplares de ambos veículos de expressão dos interesses estudantis.

## Listas Bibliográficas

Chegam para o jornal *Campus* listas bibliográficas da seção de referência da Biblioteca Central da UnB, contendo os livros recentemente processados e incorporados ao acervo dessa biblioteca. Os livros são divididos por títulos, a saber: generalidades, filosofia, religião, ciências sociais, ciências puras, ciências aplicadas, artes, linguística e literatura, geografia, biografia e história. No mês de fevereiro foram adquiridos 414 volumes, e em março 210.

# Programa de Crédito Educativo

O Ministério da Educação e Cultura instituiu, em 1975, o Programa de Crédito Educativo, concedendo financiamentos a estudantes universitários, carentes de recursos financeiros. Esse crédito destina-se ao pagamento das anuidades escolares e/ou custeio de despesas de manutenção. A anuidade é concedida somente para alunos de instituições particulares, até o valor total a ser pago às instituições no semestre; o crédito manutenção é para custeio das despesas pessoais do estudante, no valor de até 6 (seis) vezes o maior salário mínimo vigente no país, por semestre.

Para ambos os casos, o prazo de utilização dos recursos não poderá ultrapassar em mais de um ano a duração média do curso, deduzidos os períodos letivos por ventura já cursados; o prazo de carência é igual a um ano, contando a partir do término do prazo de utilização ou da conclusão ou interrupção do curso; o prazo de amortização é de duração igual ao período de utilização contado a partir do término do prazo de carência.

Os juros cobrados são de 15% ao ano, capitalizados semestralmente. Não existe correção monetária.

O financiamento do programa de crédito educativo foi instituído pelo Banco Central do Brasil, sob a coordenação executiva da Caixa Econômica Federal. A distribuição do crédito obedece a critérios de prioridade fixados pelo Ministério da Educação e Cultura.

Neste ano serão empregados 4 bilhões e 200 milhões de cruzeiros para atender aos 210 mil universitários que já participam do programa e aos que forem selecionados entre as inscrições de 1978. O valor mensal do crédito-manutenção será de 900 cruzeiros e o do crédito-anuidade será o valor global cobrado pela escola.

Todas as instituições de ensino superior com situação regular perante o Ministério da Educação e Cultura estão cadastradas no Programa.

# “DCE livre não existe”

“DCE Livre é como qualquer organização que não representa nada na estrutura da universidade. Para mim, o DCE Livre não existe. Os diretórios só existem na forma dos estatutos dos estabelecimentos de ensino”.

Edson Machado de Souza, diretor do Departamento de Assuntos Universitários do MEC, é de opinião que os estudantes conduzam as suas atividades pelos canais competentes da Universidade, «pois, de um modo geral, o MEC tem procurado solucionar os problemas reivindicados pelos estudantes através dos diretórios legalmente regularizados».

Para o diretor do DAU, as organizações estudantis, da forma prevista em lei, servem para canalizar os interesses dos alunos, através das representações estudantis que devem ser essas informações aos órgãos colegiados. Ressaltou o diretor que na hora que o estudante quer se reunir para fazer da universidade um palco de reivindicações políticas, este não é o lugar apropriado.

Em relação ao movimento da Universidade de Brasília, no ano passado, Edson Machado acredita que o comportamento dos estudantes não foi dentro dos procedimentos normais que se previa, isto é, «não foi regular, na medida que desencadeou um movimento grevista».

Os estudantes da Universidade de Brasília não inscreveram chapas para participar, no primeiro semestre de 1978, das eleições para representações estudantis nos órgãos «colegiados da UnB. Em outros estados, os universitários realizaram manifestações semelhantes, deixando de participar dos conselhos departamentais e universitários e preferindo organizar entidades diversas das que lhes foram atribuídas por lei. Para o decano de ensino de graduação da UnB, professor Reinhardt Fuck, os alunos abriram mão de um de seus maiores direitos. Para o professor Edson Machado de Souza, diretor do Dep. de Assuntos Universitários do MEC, os DCE livres nem existem e para os estudantes que participaram dessa decisão, o que se busca é um veículo diferente para se expressar. Nesta página, as opiniões a respeito

## SOBRE O PAPEL DOS DIRETÓRIOS

— «Seria um veículo através do qual os alunos pudessem se expressar sobre os problemas administrativos e curriculares» (aluna de Matemática - CEUB).

— «Deveria ser o porta-voz das reivindicações dos estudantes, centralizando suas discussões e levando-as à administração da universidade. Além disso, teria que atuar como um representante dos estudantes na participação de debates dos problemas nacionais» (Representante do Diretório Universitário-UnB).

— «O papel dos diretórios já está definido pela Lei das Representações Estudantis: suprir os currículos dos cursos com programações extensivas, e dar apoio material aos estudantes» (Aluno de Direito-AEUDF).

— «Levar as reivindicações dos alunos, mas tendo em conta o bom senso de cada um, isto é, fixar em coisas mais específicas, tipo aumento de mensalidades» (Aluno de Economia - Católica).

— «Atuar exclusivamente a nível de elevação cultural; as movimentações dos diretórios em problemas extra-curso são prejudiciais aos estudantes» (Presidente do Diretório da FAF - cursos de Psicologia, Ciências Físicas e Biológicas, Letras, Pedagogia, História, Estudos Sociais, Ciências Exatas e Geografia - CEUB).

## SOBRE O FUTURO DAS ORGANIZAÇÕES ESTUDANTIS

— «A tendência é atrofiar tanto, até que os representantes acabem como office-boys das universidades» (Aluno de Direito-CEUB).

— «O grande problema das entidades estudantis é a falta de autonomia. Enquanto elas não forem autônomas, não perspectivas de melhora, pois não dá para tapar o sol com a peneira» (Aluna de Matemática-CEUB).

— «Acabaram-se as lideranças e a organização está vindo aos poucos. Agora buscamos a criação de entidades livres (Diretório Central dos Estudantes - DCE, e Centros Acadêmicos - CAs) destinadas a promover uma grande discussão na universidade. Estas entidades estarão desvinculadas da Reitoria, mas respaldadas pelos estudantes, para que haja um trabalho mais combativo e consciente» (Representante do Diretório Universitário-UnB).

— «A tendência é ficar nisso mesmo, a não ser que se fizesse um intercâmbio de diretórios. Assim daria para fazer mais promoções e de melhor qualidade, com o aproveitamento de todos, além de fortalecer os diretórios» (Aluno de Economia-Católica).

— «O futuro dos diretórios está nas mãos dos que os dirigem. Os elementos capazes se omitem e não se candidatam ao diretório. Se mudassem os dirigentes, melhoraria muito, porque o importante é fazer bem o que se possa fazer» (Aluno de Direito-AEUDF).

— «A maioria dos alunos está buscando apenas o diploma, símbolo de ascensão nos empregos. Ninguém está se preocupando com diretório, que arruma carteiras de estudante e apostilas» (Aluna de Turismo-UPIS).

# Estudantes não participam das eleições para as R.E.

“Os alunos abriram mão de um de seus maiores direitos no momento em que não escolheram as chapas de representação estudantil”, esta foi a primeira opinião que o Decano de Ensino de Graduação da Universidade de Brasília, professor Reinhardt Adolfo Fuck, a respeito das organizações estudantis.

O Decano de Graduação respondeu a algumas perguntas sobre as organizações estudantis, embora deixasse bem claro que preferia responder as questões sobre problemas de matrículas e transferências, problemas que vive a toda hora. Geólogo, ele veio do Paraná para a Universidade de Brasília em 1969 e exerce o cargo de Decano de Ensino de Graduação há dois anos. Viveu a greve dos estudantes de Brasília no ano passado e diz que realmente não entendeu as reivindicações dos alunos, achando que o movimento estudantil se engajou numa luta política junto com outras organizações. Na sua opinião o movimento estudantil que o país vive agora é um reflexo da atual política reinante.

Quando perguntado o que considerava organização estudantil aqui na UnB, o professor Fuck foi taxativo: “O que eu sei de organização estudantil que é o Diretório Universitário, que existe, segundo ele sabe para todos os fins, mas confessa que não faz a mínima ideia sobre o funcionamento deste Diretório, e nem mesmo de que vive. Só tem certeza de que é o único organismo legal que é reconhecido pela reitoria da Universidade de Brasília”.

O professor Fuck falou também sobre o problema dos jubileus e afirmou que a maioria dos listados quando chamados a justificar o porque das médias abaixo de 3,2 ou outras razões sempre conseguem justificar o jubileu junto ao Decanato de Ensino de Graduação, disse ainda o Decano que não é correta a notícia veiculada de que depois da crise estudantil de 1977 houve um maior número de alunos jubileus. O professor Fuck afirmou que o movimento estudantil de maio do ano passado nada tem a ver com os jubileus.

# Estudantes abrem mão de seus direitos à URE

## SOBRE O DESINTERESSE DOS ALUNOS

— Falar em diretório hoje já soa como uma conspiração, despertando no estudante o medo da participação, de expor suas ideias através de uma entidade estudantil. (aluna de Matemática - CEUB)

— Não sei nada sobre o 477 ou leis proibitivas, mas sei que todo mundo tem medo de se envolver com o tema política, que está ligado aos diretórios. (aluna de Turismo - UPIS)

— Os estudantes só aparecem no diretório para reclamar as carteiras de estudante, fora isso, esporadicamente, falando sobre professores. (presidente do diretório da FAF - CEUB)

— O 477 desmobilizou os estudantes, representando uma parada nas atividades dos diretórios. O medo das punições ainda é um dos maiores motivos do desinteresse dos alunos. (Representante do Diretório Universitário - UnB)

— Nas lutas em que o diretório entrou, e nós também, como parte dele, as batalhas ganhas foram poucas e demoradas, o que tem desestimulado muita gente. (aluna de Comunicação - UnB)

## SOBRE A DISCUSSÃO POLÍTICA NAS UNIVERSIDADES

— As palestras e discussões políticas são um exercício para os futuros profissionais, em particular os de Direito. (presidente do diretório da Fadi - Faculdade de Direito - CEUB)

— O debate político é importante, pois ele determina as bases de uma sociedade. Já tentamos trazer políticos, mas a reitoria não deixa. (representante do Diretório Universitário - UnB)

— Acho que seria bom, especialmente para as mulheres, que são muito acomodadas. O debate poderia abrir para uma participação maior das mulheres nos problemas do país. (aluna de Turismo - UPIS)

# Universitários indiferentes ao movimento estudantil

“Os nossos  
estudantes  
são alheios  
a qualquer  
forma de  
organização  
estudantil”

O pessoal  
aqui não  
se envolve

Diretório  
“Eurico  
Rezende”

“Os estudantes aqui não querem se comprometer com mais nada quando vêm para a Universidade, pois em sua grande maioria são pais de família que trabalham durante todo o dia”. Esta explicação dada por um presidente do Diretório Acadêmico das Universidades Particulares do Distrito Federal, sintetiza, de certa forma, a posição dos D. As dessas Universidades em relação ao Movimento Estudantil hoje no Brasil.

Até agora, esses diretórios são as únicas entidades que se pode considerar como uma forma de organização estudantil, apesar de todos eles funcionarem apenas como intermediário entre os dirigentes dessas universidades e os seus alunos, que contribuem no ato da matrícula, com uma taxa obrigatória

de Cr\$ 100,00 para os Diretórios. Esse dinheiro se destina, segundo os presidentes dos D.As, a cobrir as despesas com as carteirinhas estudantis, apostilas e promoções de curso. Mas novas taxas são cobradas para a aquisição das apostilas e para matrículas nos cursos organizados por eles.

Por lei, o mandato dos membros do D.A. é de um ano, vedada a reeleição para o mesmo cargo. Agora em Abril, novas eleições ocorreram nas Universidades do Distrito Federal, com a manifestação apenas dos componentes das chapas concorrentes. Esse fato demonstra que os estudantes não vêm tendo nenhum interesse por essas eleições, fazendo cumprir apenas a “obrigatoriedade do voto para a eleição do D.A.”. (artigo 5º do decreto-lei que reformula a organização de representação estudantil).

No Centro Universitário de Brasília - CEUB, funcionam três Diretórios Acadêmicos abrangendo diferentes faculdades.

O Diretório Acadêmico da FACECAC, das faculdades de Ciências Econômicas, Contábeis, Administração e Comunicação conta com quase três mil alunos. O seu presidente, Ivan Carvalho, 27 anos, diz que uma das grandes propostas do seu Diretório foi levar o aluno do CEUB a participar mais intensamente das realizações culturais que deveriam ser levadas ao Campus. “Tentamos realizar aqui debates com políticos como Marcos Freire e Teotônio Vilela, os dois lados do sistema, mas esses debates não aconteceram”. Segundo Ivan, é sempre muito difícil falar em política na Universidade. Também não se pôde organizar uma semana de debates sobre economia, na qual seria discutido o atual momento econômico do país. “A direção da Universidade alegou que não lhe enviaram um ofício com antecedência para estudar a dispensa ou não dos alunos”. Os estudantes do CEUB, para a diretoria da FACECAC, são alheios e indiferentes a qualquer forma de mobilização estudantil e, na opinião de Ivan “essa Universidade funciona como uma grande terapia grupal onde as pessoas chegam à noite cansados dos seus trabalhos e não mais querem se comprometer com nada”.

Um outro diretório do CEUB, o Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito, que conta com aproximadamente 2.000 alunos, diz que a sua função é de ser um órgão administrativo dentro dos problemas internos da universidade. “O diretório deve cuidar dos interesses dos alunos dentro das universidades, sem extrapolar qualquer assunto que fuja aos regulamentos internos.

Foi a opinião do Secretário Geral, Luiz Carlos Rodrigues, 24 anos, para quem, sintetizando, “o nosso diretório é apenas um órgão intermediário entre estudantes e a direção da universidade”.

Em relação aos debates que hoje se travam em muitas universidades, Luis acredita que estes deveriam ser exercitados num nível mais sério, técnico e elevado, ou seja, “sem paixões, ou radicalismo, sem outro interesse que não seja o de colaborar na concorrência de idéias”. Ao ser indagado de qual sua opinião sobre o Movimento Estudantil, Rodrigues acha que no âmbito dos diretórios ele não deve sofrer restrições no que se refere a uma discussão da problemática da universidade, “mas também não deve ser um movimento encabeçado por pessoas que visam suas promoções políticas, como se verifica em muitos casos de liderança estudantis”.

Ainda no CEUB, outro Diretório Acadêmico. O das Faculdades de Ciências, Filosofia e Letras que conta com cerca de 4.000 alunos.

“Movimentos de Estudantes não levam a nada”, disse a presidente desse diretório, Maria José Vaz, enquanto o Tesoureiro preferia lembrar que “macaco velho não mete a mão em combuca”, apesar de nunca ter participado de um movimento estudantil. Acredita, como Maria José, que esses movimentos nada conseguirão, “pois esse negócio de política é muito perigoso”.

Para um dos alunos do CEUB, os seus diretórios são simplesmente uma coisa simbólica que funciona apenas como um almoxarifado que além de vender apostilas e caramelos, “a preços que eles dizem de custo”, funciona como um pequeno banco, “pois lá também descontamos cheques”.

O vice-Presidente do diretório acadêmico da UPIS — Universidade Pioneira de Integração Social, Paulo Cezar Henrique, diz partir da seguinte premissa para qualquer forma de engajamento político ou social por parte da sua universidade: “Aqui tudo é pago, e todos nós trabalhamos, sendo os alunos os primeiros a manterem omissos a qualquer tipo de mobilização”.

Ao ser indagado sobre qual a posição do diretório em relação ao movimento que se desencadeou na Universidade de Brasília, ano passado, ele respondeu que não houve nenhum posicionamento, “pois o pessoal aqui achou melhor cair fora”. Para Paulo Cezar, o seu diretório só atua em relação a situação do

aluno dentro da universidade: “Reivindicamos ônibus para as cidades-satélites, campeonatos de futebol de salão, vôlei e outros esportes. Um outro membro do diretório da UPIS é de opinião que o Movimento Estudantil é furado de base, apontando para isso duas causas: a primeira, segundo ele, é a desorganização dos diretórios que não são interligados, encontrando em decorrência disso uma série de obstáculos que acabam sempre por enfraquecê-los. Em segundo lugar, ele acha que o movimento não tem apoio de ninguém, sendo por isso marginalizado.

A UPIS, com quase 2.000 alunos, oferece os cursos de Marketing, Estudos Sociais, Administração, Turismo e Economia Doméstica.

estávamos cuidando das nossas eleições internas.

Quanto a questão de se debater nas universidades problemas de realidade brasileira, Amaro Senna acredita que tudo que vem beneficiar o aluno em termos culturais deve ser tratado na universidade.

— E sua opinião sobre o DCE Livre?

— Não vale a pena. Se, já com dispositivo legal os diretórios não funcionam, acho que o pecado não é da lei e talvez humano, circunstancial da época e da situação política que estamos vivendo. Se deixar ao bel prazer de cada um não vai funcionar.

O Diretório Acadêmico “Senador Eurico Rezende”, abrange as faculdades de Pedagogia, Administração, Economia, Ciências Contábeis e Direito, com cerca de 6.000 alunos.

Na Universidade Católica do Distrito Federal, é difícil saber dos alunos onde funciona o seu diretório acadêmico. Mas sabem da sua existência, pois “nós também pagamos aqui uma taxa de 100 cruzeiros para que o diretório faça umas carteirinhas e outras coisas que eu ainda não vi”. Foi a opinião de um dos alunos sobre o DA dessa Universidade, onde apenas uma secretária se fazia presente em 5 dias consecutivos.

O Movimento Estudantil é muito válido, só que os estudantes não estão sendo ouvidos. Os líderes do diálogo nunca se preocupam em saber da opinião dos diretórios universitários sobre os assuntos pertinentes ao estudante como o 477 e outros. E estudante é um marginalizado em termos políticos, pois não tem chance de opinar. Esta é a opinião de Amaro Senna, presidente do diretório Acadêmico “Senador Eurico Rezende”, da UDF. O senador, futuro governador do Estado do Espírito Santo, é a propósito o dono da Universidade do Distrito Federal.

Para Senna, da forma que os diretórios estão hoje regularizados não atendem às necessidades do estudante universitário, “Nós estamos ainda sem essa independência no que se relaciona com a diretoria ou reitoria das universidades, pois nem personalidade jurídica temos. No entanto existe muita delicadeza por parte de diretoria da nossa universidade em nos atender”.

Em relação ao Movimento Estudantil da UnB, o diretório Acadêmico da UDF disse que não houve nenhuma manifestação dos alunos, e “naquela época

# Pegue o Bonde andando

O primeiro número do **Campus** deste semestre está aí. Apenas os alunos de «Técnicas de Jornal e Periódico I» «Paginação e Revisão» e «Edição Jornalística» participaram deste esforço. Para o próximo **Campus**, no entanto, esperamos a colaboração de todo o Departamento.

O tema central do **Campus 2** será «Jornalismo Político». Mas também daremos destaque a outras matérias e informações de interesse dos universitários.

Estamos em pleno trabalho e esperamos a sua colaboração. Não é tão difícil pegar o bonde andando. Participe urgente. Envie matérias, quadrinhos, fotos, idéias. Também estamos trabalhando para os próximos números de **O Muro** e esperamos sugestões e colaborações.

Venha conversar conosco. Os alunos de «Técnicas de Jornal e Periódico I», responsáveis pela edição, estão reunidos todos os dias, nas salas 1.12, nos seguintes horários: segundas e quintas, de 10 às 12 horas; terças, quartas e sextas, de 8 às 10 horas.

Não fique para trás. Somos todos da Comunicação.

Alunos de TJP e PR  
Brasília, maio/78

## CAMPUS

**Jornal-Laboratório Universidade  
de Brasília (UnB) Departamento  
de Comunicação Nº 20 -  
Maio de 1978**

Publicação mensal do Departamento de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB). Edição e Programação Visual a cargo das disciplinas «Técnicas de Jornal e Periódico I», «Edição Jornalística» e «Paginação e Revisão». Correspondência: Departamento de Comunicação, Universidade de Brasília (UnB), Campus Universitário, Asa Norte, 70.000 Brasília, DF.